



Universidade de Brasília – UnB
Faculdade de Educação
Curso de Especialização em
Gestão de Políticas Públicas em Gênero e Raça

PATRÍCIA NOGUEIRA SILVA

**AS QUESTÕES ETNICORRACIAIS
NA POLÍTICA DE FORMAÇÃO DOS/AS
PROFISSIONAIS DA EDUCAÇÃO NO DF (2003-2013):
Desconstrução ou Reprodução?**

Brasília/DF
2014

PATRÍCIA NOGUEIRA SILVA

**AS QUESTÕES ETNICORRACIAIS
NA POLÍTICA DE FORMAÇÃO DOS/AS
PROFISSIONAIS DA EDUCAÇÃO NO DF (2003-2013):
Desconstrução ou Reprodução?**

Monografia apresentada como requisito para obtenção do grau de Especialista em Gestão de Políticas Públicas em Gênero e Raça da Universidade de Brasília (UnB) como requisito parcial para a obtenção do grau de especialista em gestão de Políticas Públicas.

Orientadora: prof. mestra, Mariana Létti

Brasília/DF
2014

Silva, Patrícia Nogueira.

As questões etnicorraciais na política de formação dos/as profissionais da educação no DF (2003-2013)/ Patrícia Nogueira Silva. – Brasília, 2014.

87 f. : il.

Monografia (especialização) – Universidade de Brasília, Faculdade de Educação - UNB, 2014.

Orientadora: Professora. Mestra. Mariana Létti, Faculdade de Educação – UNB.

1. Questões etnicorraciais. 2. formação continuada. 3. política pública

PATRÍCIA NOGUEIRA SILVA

**AS QUESTÕES ETNICORRACIAIS
NA POLÍTICA DE FORMAÇÃO DOS/AS
PROFISSIONAIS DA EDUCAÇÃO NO DF (2003-2013):
Desconstrução ou Reprodução?**

Aprovada pela Banca Examinadora:

Prof. Mestra Mariana Létti

ORIENTADORA

Prof. Doutora Talita Santos

*Ao meu querido tio Luís Carlos Silva, que
faleceu no período de escrita deste
trabalho, marcando esta monografia com
a imensa dor experimentada nestes dias.
Se a vida é travessia, que você esteja
bem e em paz!*

À equipe do curso de especialização em Gestão de Políticas Públicas em Gênero e Raça, que proporcionou o acesso a ricos e importantes materiais de pesquisa e amplo debate a partir dessa formação.

Ao professor e tutor Francisco Thiago, pelo acompanhamento primoroso nas discussões deste curso, pelo incentivo, especialmente quando já estava decidida em desistir diante dos obstáculos que surgiram.

À orientadora deste trabalho, Mariana Létti, pelo incentivo, cuidado e atenção nesse percurso.

À equipe do Núcleo de Documentação da Eape, pela presteza na disponibilização dos documentos necessários para a coleta de dados desta pesquisa.
Às professoras Deire Lúcia e Lucrécia pela valiosa ajuda com os gráficos.

Aos colegas do Núcleo de Formação Continuada da Educação Básica – Diversidade/Educação Inclusiva-Orientação Educacional, pelas ricas discussões que subsidiaram a escrita deste texto.

À minha família, meu bem mais precioso.

"Promover processos de desnaturalização e explicitação da rede de estereótipos e preconceitos que povoam nossos imaginários individuais e sociais em relação aos diferentes grupos socioculturais é um elemento fundamental sem o qual é impossível caminhar" (CANDAUI, 2008, p. 53)

RESUMO

O presente trabalho analisou a política de formação continuada dos(as) educadores(as) Secretaria Estado de Educação do Distrito Federal, desenvolvida pela Escola de Aperfeiçoamento dos Profissionais da Educação (Eape), instituição responsável pela formulação e implementação dessa política pública. Os instrumentos de pesquisa foram as propostas dos cursos ofertados pela Eape no período de 2003 a 2013, tendo por foco as questões etnicorraciais. Por meio desta, buscou-se compreender o percurso delineado nos silenciamentos e nas visibilidades da temática, apontando suas contribuições para a implementação da Lei nº 10.639/2003, que institui a obrigatoriedade do ensino da história e cultura afro-brasileira e africana, e das Diretrizes Curriculares Nacionais para a educação das relações etnicorraciais.

Palavras-chave: Educação. Políticas públicas. Formação continuada. Questões etnicorraciais.

LISTA DE TABELAS

Tabela 1 – Cursos ofertados pela Eape (2003 a 2013).....	38
Tabela 2 – Cursos ofertados <i>versus</i> número de cursistas concluintes.....	75

LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico 1 – Concluintes de cursos da Eape no ano de 2006.....	60
Gráfico 2 – Cursos ofertados pela Eape no ano de 2008.....	62
Gráfico 3 – Cursos ofertados pela Eape no ano de 2006.....	63
Gráfico 4 – Concluintes de cursos da Eape no ano de 2006.....	63
Gráfico 5 – Cursos ofertados pela Eape no ano de 2011.....	68
Gráfico 6 – Concluintes de cursos da Eape no ano de 2011.....	69
Gráfico 7 – Cursos ofertados <i>versus</i> número de cursistas concluintes.....	73
Gráfico 8 – Número de cursistas concluintes nos cursos da Eape – 2003-2013.....	74
Gráfico 9 – Total de cursos ofertados pela Eape 2003- 2013.....	74

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	13
1 EAPE E POLÍTICAS PÚBLICAS: PARA ALÉM DOS CURSOS	15
1.1 Diversidade em pauta: educação para as relações etnicorraciais	17
1.2 Avanços na discussão sobre Educação para as relações etnicorraciais.....	19
1.3 Formulação do problema	23
1.3.1 Objetivo geral	24
1.3.2 Objetivos específicos	24
1.3.4 Justificativa "O bicho está saindo da Floresta": o recrudescimento dos racismo.	24
1.4 Referencial teórico	27
1.4.1 Educação para as relações etnicorracias: termos e conceitos	28
2 POLÍTICAS PÚBLICAS EDUCACIONAIS E DESIGUALDADES RACIAIS	32
2.1 Metodologia	35
2.2 Caracterização da organização, setor ou área	36
2.3 Caracterização dos instrumentos de pesquisa	37
2.4 Questões etnicorraciais: presença e silenciamento da temática nas formações da Eape	37
3 PROCEDIMENTOS DE COLETA E DE ANÁLISE DE DADOS	57
3.1 Resultados e discussão	57
CONSIDERAÇÕES FINAIS	77
REFERÊNCIAS.....	80
ANEXO A – QUANTITATIVO	84

**ANEXO B – CRONOGRAMA DA FORMAÇÃO – CURSO CURRÍCULO EM MOVIMENTO:
REORGANIZAÇÃO DO TRABALHO PEDAGÓGICO NOS CICLOS E NA SEMESTRALIDADE –
ANOS INICIAIS.....87**

ANEXO C – CRONOGRAMA TEMÁTICO88

INTRODUÇÃO

As políticas públicas educacionais são de suma importância no enfrentamento do preconceito, do racismo e das discriminações evidenciados no cotidiano escolar. Se a sociedade brasileira está atravessada por essas questões, com a escola não seria diferente. No Distrito Federal (DF), a formação dos profissionais da educação tem sido um dos caminhos para envolver os agentes da Secretaria de Estado de Educação do Distrito Federal (SEEDF), levando-os à reflexão da temática, bem como buscando estratégias para lidar com esses conflitos no ambiente escolar.

Passados 10 anos da Lei nº 10.639/2003, que torna obrigatório o ensino de história e cultura afro-brasileira, a SEEDF, por meio da Escola de Aperfeiçoamento dos Profissionais da Educação (Eape), realizou diversas ações de formação voltadas para a discussão dessa temática. O *Currículo em Movimento da Educação Básica*, torna, em 2013, a *educação para a diversidade* um de seus eixos transversais (GDF, 2013), buscando inserir, nas diversas áreas do conhecimento, as questões etnicorraciais. Percebe-se, desse modo, um movimento favorável à implementação da Lei nº 10.639/2003 e à ampliação desse debate na rede pública de ensino do DF.

Nessa perspectiva, buscou-se investigar o percurso das ações desenvolvidas pela SEEDF, por meio da Eape, no âmbito das políticas públicas de formação continuada dos seus profissionais, para garantir: o enfrentamento dessas questões, a ampliação do debate, fomentando a inserção das questões etnicorraciais no currículo e nos projetos pedagógicos.

Como professora formadora da EAPE, desde 2012, percebo, nas discussões realizadas nos cursos de formação, a necessidade de ações que garantam o alcance destes objetivos. É como participe desta política pública e acreditando na efetiva possibilidade de mudança de práticas e concepções por meio da formação continuada, que situo este trabalho como instrumento de avaliação desta política. Os resultados apresentados visam contribuir com o delineamento da proposta de formação a ser oferecida nos próximos anos.

Os instrumentos desta pesquisa constituíram-se nas propostas dos cursos ofertados no período de 2003 a 2013, tendo por foco as questões etnicorraciais. Por meio desta, buscou-se compreender o percurso delineado, nos silenciamentos e na visibilidade da temática, apontando suas contribuições para a implementação da Lei nº 10.639/2003, que institui a obrigatoriedade do ensino da história e cultura afro-brasileira e africana e das Diretrizes Curriculares Nacionais para a educação das relações etnicorraciais.

Neste trabalho, foram organizadas, por ano, os dados relativos às propostas de cursos analisadas. Na sequência, apresenta-se análise quantitativa e qualitativa desses dados, contextualizando-os a partir do papel da Eape como instituição responsável por essa política pública e situando suas ações com os avanços jurídicos relacionados com o tema e com a política nacional do Ministério da Educação (MEC).

Analisar os caminhos da política de formação continuada da SEEDF é um desafio cujos resultados podem contribuir na proposição de políticas públicas educacionais capazes de promover uma educação intercultural que retire da invisibilidade grupos discriminados, que desnaturalize preconceitos e estereótipos, que interrompa sua reprodução nos discursos e nas práticas, que desconstrua para reconstruir novas relações no cotidiano escolar, tornando possível um outro caminhar na educação pública do DF.

1 EAPE E POLÍTICAS PÚBLICAS: PARA ALÉM DOS CURSOS

A Secretaria de Educação do Distrito Federal (SEDF) tem como missão proporcionar uma educação pública,

gratuita e democrática, voltada à formação integral do ser humano para que possa atuar como agente de construção científica, cultural e política da sociedade, assegurando a universalização do acesso à escola e da permanência com êxito no decorrer do percurso escolar de todos os estudantes (GDF, 2012, p. 25)

De acordo com o Projeto Político Pedagógico Professor Carlos Mota (GDF, 2012), a atual SEEDF tem suas origens na década de 1960, com criação da Fundação Educacional do Distrito Federal (FEDF). A Escola de Aperfeiçoamento do Pessoal (EAP), então responsável pela formação dos seus profissionais, é criada por meio da Resolução nº 2.414/1988. Em 1992, a EAP foi extinta por meio de decreto, isso marcou uma descontinuidade na política de formação continuada da SEDF.

A instituição foi reativada em 1997 por meio da Lei nº 1.619, com a denominação de Escola de Aperfeiçoamento dos Profissionais da Educação (Eape). (SILVA, 2012, p. 87) Desde então, a Eape cumpre o papel de proponente e executora de políticas de formação, capacitando os profissionais do magistério e da carreira de assistência à educação da SEDF com a missão de promover a formação continuada dos profissionais da Educação em "consonância com as demandas da Rede Pública de ensino do DF, contribuindo para a educação de qualidade social e a valorização profissional dos educadores"¹.

A EAPE atende, em média, 11 mil profissionais por ano, em cursos de menor duração, em diversas áreas específicas e transversais do currículo desenvolvido pela rede de ensino, além de coordenar e organizar eventos diversos, como seminários, jornadas e colóquios,

¹ Disponível em: <<http://www.eape.se.df.gov.br/images/pdfs/institucional.pdf>>. Acesso em: 30 jan. 2014.

entre outros, abertos à comunidade escolar (GDF, 2012, p. 109).

Os cursos de formação oferecidos por essa instituição, mesmo compreendendo que a formação continuada não se restringe a cursos, assumem fundamental importância na estruturação de uma política pública de formação continuada para aos profissionais da educação da SEEDF. Eles refletem as temáticas e discussões privilegiadas na organização do trabalho pedagógico das escolas públicas do Distrito federal, tendo por parâmetro as políticas educacionais delineadas, diretrizes nacionais e locais e as reconfigurações dos currículos adotados nesse sistema de ensino.

Entende-se por política pública o campo do conhecimento que busca, ao mesmo tempo “colocar o governo em ação’ e/ou analisar essa ação (variável independente) e, quando necessário, propor mudanças no rumo ou curso dessas ações (variável dependente)” (SOUZA, 2006, p. 26). Ao ser a Eape o lócus privilegiado para elaboração, implementação e avaliação da política pública de formação dos profissionais da SEEDF, suas ações constituem-se em elementos centrais na análise e compreensão do contorno que essas formações assumem em cada momento da história da educação do DF e suas relações com as política nacional vigente.

Importante situar o *Projeto Político-Pedagógico (PPP) Professor Carlos Mota*, em relação à política de formação continuada desenvolvida por essa instituição, como ferramenta pensada para planejamento, orientação e construção de diretrizes para rede pública de ensino do DF e para formação dos seus profissionais. Neste documento, a *diversidade* junto à *cidadania* e à *sustentabilidade humana* torna-se o princípio norteador e o eixo central da ação pedagógica (GDF, 2012).

Esse conceito também aparece vinculado a um conjunto de políticas públicas intersetoriais, entre elas, uma política pública nacional de educação em diversidade etnicorracial, do campo, de gênero e sexualidade desenvolvida pelo MEC a partir de diversas ações e programas. As Diretrizes Curriculares Nacionais Gerais da Educação Básica, parte integrante dessa política, reúne em recente publicação,

as diretrizes e respectivas resoluções para a Educação no Campo, a Educação Indígena, a Quilombola, para a Educação Especial, para Jovens e Adultos em Situação de Privação de Liberdade nos estabele-

cimentos penais e para a Educação Profissional Técnica de Nível Médio. Além disso, aqui estão presentes as diretrizes curriculares nacionais para a Educação de Jovens e Adultos, a Educação Ambiental, a Educação em Direitos Humanos e para a Educação das Relações Etnicorraciais e para o Ensino de História e Cultura Afro- Brasileira e Africana (BRASIL, 2013, p. 4).

Este trabalho, ao fazer o levantamento dos cursos ofertados pela Eape e em consonância com o tratamento dado pela diretrizes supracitadas, toma como centro das análises o debate sobre a educação das relações etnicorraciais. No mesmo sentido, o atual *Currículo em Movimento da Educação Básica do Distrito Federal* que, insere a temática e, de forma mais abrangente, elege a *educação para a diversidade* como um dos seus eixos transversais:

Etimologicamente, o termo diversidade significa diferença, dessemelhança, heterogeneidade, desigualdade. A diversidade está relacionada, a um só tempo, à diferença de padrões, saberes e culturas hierarquizadas e à desigualdade econômica. Esse atributo nos leva a alguns grupos excluídos que, historicamente, têm vivenciado tanto a desigualdade como a diferença: mulheres, pessoas com deficiências, negros, povos indígenas, homoafetivos, quilombolas, pessoas do campo e pobres, entre outros (GDF, 2013, p. 38-39).

1.1 Diversidade em pauta: educação para as relações etnicorraciais

A importância atribuída às temáticas da diversidade nos documentos anteriormente citados relaciona-se a um contexto de incorporação das demandas dos movimentos sociais nas políticas públicas atuais e do crescente fortalecimento da Educação em Direitos Humanos no país. Desde então, foram adotados dispositivos para promoção desses direitos, como as Diretrizes para a Educação das Relações Etnicorraciais e as políticas para implementação das Leis nº 10.639/2003 e nº 11.645/2008, que alteram o art. 26-A da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDBEN), para o ensino de História e Cultura Afro-brasileira e Africana e Indígena (BRASIL, 2013). Essas leis fomentaram a realização de cursos de formação continuada de professores nos princípios da *educação para a diversidade* e da *educação das relações etnicorraciais* e a revisão dos currículos escolares a fim de adequá-los às referidas legislações (SILVA, 2013, p. 21).

A política pública de formação continuada analisada, articulada ao currículo recentemente construído, inscreve-se em um momento da história da educação

brasileira que busca atender às demandas do movimento social negro a partir da inserção obrigatória da História e da Cultura Africana e Afro-brasileira nos currículos escolares, para resgatar e valorizar a trajetória dos negros no Brasil e combater os preconceitos e as práticas de racismo presentes na sociedade brasileira.

Os indicadores de desigualdades entre afro-brasileiros e brancos indicam grandes assimetrias raciais e apontam para a necessidade urgente de ações de enfrentamento dessas desigualdades/iniqüidades sociais e da discriminação e do racismo que as acompanham. Se a sociedade brasileira está atravessada por essas questões, com a escola não seria diferente. No cotidiano escolar, ao contrário das estatísticas sociais, os indicadores das assimetrias não estão tão evidentes. Nos discursos e nas práticas, é possível perceber como a discriminação, o preconceito e o racismo se fazem presentes, construindo para as escolas e seus agentes o desafio de se constituírem na diversidade.

Pesquisas da UNESCO em escolas (ABRAMOVAY; RUA, 2002) em elaboração vêm coletando referências a formas sutis de discriminação racial nas escolas, quer nas relações professores e alunos, quer entre alunos, inclusive entre os da mesma inscrição racial, entre os negros, o que indica a força do sistema racista em que as próprias vítimas passam a colaborar em sua reprodução. São apelidos de cunho racista, que, muitas vezes, são considerados como “brincadeiras” por professores, pelos agressores e até pelas próprias vítimas, mas que deixam marcas na auto-estima e no desempenho escolar. São professores que acariciam ou chamam mais ao quadro a aluna mais clarinha, mas não os de pele negra, que, muitas vezes, ficam sempre sentados no fundo da sala. É a menina que esconde as tranças ou o cabelo enrolado para que não a chamem de “bom bril” ou “pixaim. Professores costumam reagir, considerando que não há racismo nas escolas, ou que é função exclusiva da família educar para a convivência com o/a considerados “diferentes”, e muitas vezes “inferiores”. E assim se abdica de pilares da educação, o ensinar a ser e o ensinar a conviver (DELORS, 2001) e se contribui para a sedimentação no Brasil, do “racismo cordial”, aquele do qual ninguém é culpado (CASTRO, 2014).

De acordo com as *Diretrizes Curriculares Nacionais para Educação das Relações Etnicorraciais e para o Ensino de História e Cultura Afro-brasileira e Africana*, essas questões não são tão silenciosas, pois apresentam-se nos dados estatísticos que evidenciam as desigualdades e a exclusão:

Há evidências de que processos discriminatórios operam nos sistemas de ensino, penalizando crianças, adolescentes, jovens e adultos negros, levando-os à evasão e ao fracasso, resultando no reduzido número de negros e negras que chegam ao ensino superior, cerca de 10% da população universitária do país (BRASIL, 2008, p. 13)

O desafio da formação dos profissionais da educação, para além do combate a essas questões, está em repensar as práticas pedagógicas, as relações e as concepções presentes no ambiente escolar, construindo a igualdade na diferença, que está para além da igualdade de direitos. O desafio é construir “relações sociais de respeito às diferentes formas de ser, de se apresentar e mais do que isso, buscar diálogos, compreender e aprender com a riqueza das diferenças, das várias histórias singulares” (CASTRO; ABRAMOVAY, 2006, p. 35)

É em um contexto de implementação de um novo currículo, para a rede pública de ensino do DF, que este trabalho se insere na tentativa de investigar o percurso da formação continuada oferecida, na última década (2003-2013), aos seus profissionais e relacionada às questões da diversidade, esta constituinte do espaço escolar. Esse olhar possibilita vislumbrar as condições de implementação, proposta pelo novo currículo, tendo a diversidade como eixo transversal e evidenciando a necessidade do trabalho interdisciplinar, envolvendo essas questões e de novas políticas públicas voltadas ao alcance desses objetivos.

A SEEDF reestrutura seu Currículo de Educação Básica partindo da definição de diversidade, com base na natureza das diferenças de gênero, de intelectualidade, de raça/etnia, de orientação sexual, de pertencimento, de personalidade, de cultura, de patrimônio, de classe social, motoras, sensoriais, enfim, da diversidade vista como possibilidade de adaptar-se e de sobreviver como espécie na sociedade (GDF, 2013, p. 43).

1.2 Avanços na discussão sobre Educação para as relações etnicorraciais

Passados 10 anos da publicação da Lei nº 10.639/2003, que estabelece o ensino da História da África e da Cultura Afro-brasileira nos sistemas de ensino, e cinco anos da Lei nº 11.645/2008, que dá a mesma orientação quanto à cultura e história indígenas, as temáticas ainda experimentam o silenciamento e a invisibilidade nas práticas pedagógicas. Do mesmo modo, o preconceito e as práticas de discriminação continuam a serem ignorados e as diferenças consideradas um *problema* a ser superado pela lógica homogeneizante da educação:

As diferenças culturais – étnicas, de gênero, orientação sexual,

religiosas, entre outras – se manifestam em todas as suas cores, sons, ritos, saberes, sabores, crenças e outros modos de expressão. As questões colocadas são múltiplas, visibilizadas principalmente pelos movimentos sociais, que denunciam injustiças, desigualdades e discriminações, reivindicando igualdade de acesso a bens e serviços e reconhecimento político e cultural.

No âmbito da educação também se explicitam cada vez com maior força e desafiam visões e práticas profundamente arraigadas no cotidiano escolar. A cultura escolar dominante em nossas instituições educativas, construída fundamentalmente a partir da matriz político-social e epistemológica da modernidade, prioriza o comum, o uniforme, o homogêneo, considerados como elementos constitutivos do universal (CANDAU, 2011, p. 241).

Romper com o silêncio e retirar da invisibilidade os conflitos gerados pelas diferenças é o grande desafio na formação dos educadores e das educadoras. É necessário um olhar retrospectivo para analisar os avanços obtidos, nesta década, para a ampliação do debate sobre as questões raciais no Brasil, sobre a diversidade das comunidades indígenas, rompendo com estereótipos e preconceitos que rondam as temáticas.

Na análise deste período, 2003-2013, é possível identificar diversos avanços nas leis e diretrizes que normatizam a implementação da educação para as relações etnicorraciais, conforme percurso delineado a seguir:

1. A Constituição Federal de 1988 prevê a obrigatoriedade de políticas universais comprometidas com a garantia do direito à educação de qualidade para todos e todas.
2. A Lei nº 9.394/1996 – LDB – assegura o direito à igualdade de condições de vida e de cidadania, garante igual direito às histórias e culturas que compõem a nação brasileira e o direito de acesso às diferentes fontes da cultura nacional.
3. A Lei n 10.639/2003 torna obrigatório o ensino de História e Cultura Afro-brasileira na educação básica.
4. Em 2004, o MEC lança o *Plano Nacional de Implementação das Diretrizes Curriculares Nacionais das Relações Etnicorraciais para o Ensino de História e Cultura Afro-brasileira e Africana*.
5. A Resolução CNE/CP nº 1/2004 instituiu as Diretrizes Curriculares Nacionais para a educação das relações etnicorraciais e para o ensino de História e Cultura Afro-brasileira e Africana.

6. A Lei nº 11.645/2008 contempla a cultura, a arte e a sabedoria dos povos indígenas quando determina a inclusão no currículo oficial da rede de ensino a obrigatoriedade da temática “História e Cultura Afro-brasileira e Indígena” (altera artigo 26 da LDB nº 9.394/1996).
7. Em 2012, a Lei Orgânica do DF, art. 1º, § único, estabelece a garantia de direitos às pessoas, independente de idade, etnia, raça, cor, sexo, estado civil, trabalho rural ou urbano, religião.
8. A Resolução nº 1/2012 – CEDF, artigo 19, incisos I e VI, traz a obrigatoriedade do ensino de História e Cultura Afro-Brasileira e Indígena, bem como do ensino dos direitos da mulher e de outras questões de gênero como componentes curriculares obrigatórios da educação básica.
9. Em 2014, o Currículo em Movimento da Educação Básica da SEDF estabelece a educação para a diversidade como um dos eixos transversais a serem incorporados na transdisciplinaridade e na interdisciplinaridade pelas escolas públicas do DF.

Os avanços jurídicos percebidos em relação à temática não acompanham a incorporação da diversidade etnicorracial da sociedade brasileira nas práticas escolares. O caráter da obrigatoriedade dessas leis revelam o silenciamento e a invisibilidade dessas temáticas nos currículos praticados nas escolas brasileiras, fortemente marcadas por desigualdades.

As alterações propostas na Lei de Diretrizes e Bases da Educação nº 9.394/1996 geram para os sistemas de ensino o desafio de implementar essas leis a partir da revisão dos currículos escolares e da incorporação dessas temáticas nos projetos e nas práticas escolares. Logo, a formação continuada dos profissionais de educação deve necessariamente contribuir para que esses instrumentos jurídicos de combate à discriminação possam efetivamente alterar a realidade da educação básica no Brasil.

A partir de 2003, ano estabelecido do marco para esta pesquisa,

o MEC executou uma série de ações das quais podemos citar: formação continuada presencial e a distância de professores na temática da diversidade Etnicorracial em todo o país, publicação de material didático, realização de pesquisas na temática, fortalecimento dos Núcleos de Estudos Afro-brasileiros (NEAB's) Em 2005, o MEC por meio do projeto

– *A Cor da Cultura*, (sic) capacita 3.000 educadores e em 2009, 18750 kits serão reproduzidos e distribuídos a todas as Secretarias Estaduais e Municipais de Educação no Brasil. Entre 2005 e 2006, o Programa Cultura Afro teve como objetivo prestar assistência financeira para formação de professores e material didático na temática no âmbito da Educação Básica (BRASIL, 2004, p. 21, grifos do autor).

Percebe-se, desse modo, que os avanços jurídicos foram acompanhados de ações efetivas para a incorporação dessas temáticas.

Constatam-se nos últimos anos algumas ações e parcerias entre a Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade (Secad) do Ministério da Educação/MEC e universidades públicas no sentido de oferecer cursos de formação continuada para professores/as que se encontram atuando em escolas públicas (WELLER; PAZ, 2011, p. 6).

De acordo com o levantamento realizado por Weller e Paz (2011, p. 6):

1. O curso Educação-Africanidades-Brasil, uma parceria MEC/Secad e UnB/FE-Cead, integrou o conjunto de ações do Programa de Ações de Educação Continuada de Ensino de História e Culturas Afro-brasileiras e Africanas, nos anos de 2006 e 2007, atendendo cerca de 10 mil cursistas.
2. A partir do ano de 2008, a formação a distância para as temáticas da diversidade ficou sob a responsabilidade da *Rede de Educação para a Diversidade*, um dos programas que busca promover a igualdade étnicorracial e de gênero/sexualidade.
3. A Rede de Educação para a Diversidade vem, desde 2008, atualizando os editais e ofereceu 16 cursos, no último edital no 28/2009, entre eles: Gênero e Diversidade na Escola. De acordo com Weller e Paz, o curso Gênero e Diversidade na Escola, estruturado em cinco módulos, visa à atualização nas temáticas de gênero, sexualidade e orientação sexual e relações étnicorraciais. A intenção é que o debate entre os temas seja realizado de forma articulada, fornecendo elementos para transformar as práticas de ensino, desconstruir preconceitos e romper o ciclo de sua reprodução pela escola (2011, p. 7).

Dessa maneira, constata-se como o MEC, em parceria com diversas universidades, tem proporcionado aos professores/as de todo o país formações que os/as qualifiquem para o debate dessas questões sobre gênero e raça e

os/as subsidiem no enfrentamento da discriminação e do preconceito presente nas escolas.

1.3 Formulação do problema

Ao analisar o delineamento da política nacional de formação dos professores, na perspectiva da diversidade, surge a necessidade de avaliar o mesmo percurso em âmbito local. E a pergunta principal desta pesquisa é: *Quais ações da Secretaria de Educação do Distrito federal, por meio da Eape, Escola de Aperfeiçoamento dos Profissionais da Educação, têm contribuído na construção da Educação para diversidade, especificamente para a educação das relações etnicorraciais, a partir da formação continuada?*

Essa construção pressupõe mudanças de atitudes, posturas e valores para além da reconstrução de currículos e de projetos que valorizem as questões da diversidade. Considera-se que uma alternativa viável para essas mudanças, em favor de uma educação de qualidade, tem como base os processos de formação no qual se incluem os cursos ofertados pela Eape que atingem um número significativo de profissionais, bem como a autoformação conjunta e sistemática ocorrida nas coordenações pedagógicas. Ambos têm papel fundamental na reflexão das práticas pedagógicas, na análise crítica do currículo e dos temas da atualidade que desafiam as escolas públicas a se reinventarem de modo a cumprirem seu papel social e possibilitarem o desenvolvimento integral e igualitário de todos e todas.

A Eape representa espaço privilegiado para o desenvolvimento de programas e para a formação de profissionais da Educação, em diversas áreas e campos de atuação. Suas atividades devem refletir as demandas para a educação e a incorporação das temáticas dos programas desenvolvidos pelo MEC. Desse modo, é necessário analisar se os avanços observados em âmbito federal refletem-se na formação local dos profissionais de educação da SEEDF, questionando se as temáticas da diversidade estão sendo incorporadas nos cursos e em que medida estão contribuindo para construção de uma Educação para relações etnicorraciais, necessidade enfatizada nas diretrizes curriculares nacionais:

Há evidências de que processos discriminatórios operam nos sistemas de ensino, penalizando crianças, adolescentes, jovens e adultos negros,

levando-os à evasão e ao fracasso, resultando no reduzido número de negros e negras que chegam ao ensino superior, cerca de 10% da população universitária do país (MEC, 2009, p.13).

1.3.1 Objetivo geral

Analisar a política de formação continuada dos/as profissionais da educação da rede pública do DF, a partir das ações desenvolvidas pela Escola de Aperfeiçoamento dos Profissionais da Educação, com foco nas questões etnicorraciais nos últimos 10 anos (2003-2013).

1.3.2 Objetivos específicos

Entre os objetivos específicos, estão:

- Identificar cursos e ações formativas oferecidas nos últimos 10 anos aos profissionais da rede pública do DF, abordando as questões etnicorraciais, destacando nas parcerias a intersetorialidade característica das políticas públicas.
- Identificar os objetivos desses cursos e conteúdos abordados.
- Identificar quantitativo de cursos ofertados, tanto no geral quanto os que especificamente abordaram a temática em foco, relacionando com o número de cursistas que participaram e concluíram essas formações.

1.3.4 Justificativa "O bicho está saindo da Floresta"²: o recrudescimento dos racismo

As manifestações de discriminação e racismo no Brasil têm ganhado grande visibilidade na imprensa brasileira. Em um ano em que o assunto é Copa do Mundo,

² Termo utilizado pelo relator da Organização das Nações Unidas (ONU), Doudou Diène, em entrevista sobre o crescimento do racismo. Disponível em: <<http://racabrasil.uol.com.br/Edicoes/93/artigo12649-1.asp/>>. Acesso em: 4 fev. 2014.

jogadores de futebol são notícias na TV não pelo talento ou pelos gols, mas pelas manifestações de racismo em função de sua cor de pele. Os casos mais recentes foram os dos jogadores Ting³ e Daniel Alves.⁴ Ambos comparados a macacos, tiveram sua humanidade questionada, fazendo repercutir o discurso do século XV que colocavam em dúvida o conceito de humanidade: "Que são esses recém-descobertos (ameríndios, negros, melanésios, etc.)? São bestas ou são seres humanos como "nós", europeus?" (MUNANGA, 2003).

O racismo está nos campos de futebol e em salões de beleza, como um nó no Distrito Federal. Uma cliente recusa-se a "sujar" suas mãos com a "raça ruim" da manicure negra.⁵ O racismo está nas manifestações explícitas, no silenciamento ou em sua negação pela sociedade brasileira. Se hoje "o bicho" chamado racismo não está mais escondido na floresta, é muito mais devido à visibilidade dada pela imprensa do que ao silenciamento e ao ineditismo de uma nova prática social. Se essas questões – discriminação e preconceito – atravessam, historicamente, a sociedade brasileira, por que seria diferente com a escola?

Gomes (2005), ao refletir sobre as questões raciais e as estratégias de atuação na educação, destaca o papel das representações sociais sobre os negros na reprodução de estereótipos e na perpetuação do racismo. Essas são questões que a escola está cada vez mais desafiada a enfrentar diante de uma realidade cada dia mais marcada pelas diferenças:

As diferenças culturais - étnicas, de gênero, orientação sexual,

³ Durante jogo do Cruzeiro no Peru, contra o Real Garcilaso, Tinga, o volante brasileiro, foi hostilizado no estádio, que reproduzia chiados de macacos sempre que ele pegava na bola. Disponível em: <<http://oglobo.globo.com/esportes/dez-casos-de-racismo-que-envergonham-futebol-11824729>>. Acesso em: 4 fev. 2014.

⁴ O lateral do Barcelona, Daniel Alves, em jogo contra o *time* Villarreal pelo Campeonato Espanhol, recebeu ofensas por parte da torcida adversária, que jogou bananas em direção ao jogador. O insulto foi respondido com ironia pelo jogador que se abaixou e comeu uma das bananas. Disponível em: veja.abril.com.br/noticia/esporte/alvo-de-racismo-na-espanha-daniel-alves-come-banana-jogada-por-torcedor. Acessado em: 26 maio 2014.

⁵ Refere-se ao caso da australiana acusada de cometer crime de racismo contra duas funcionárias negras de uma salão de beleza no DF. Disponível em: <<http://www.estadao.com.br/noticias/cidades,australiana-e-acusada-de-racismo-contra-funcionarias-de-salao-de-beleza-no-df,1131420,0.htm>>. 26 maio 2014.

religiosas, entre outras –se manifestam em todas as suas cores, sons, ritos, saberes, sabores, crenças e outros modos de expressão. As questões colocadas são múltiplas, visibilizadas principalmente pelos movimentos sociais, que denunciam injustiças, desigualdades e discriminações, reivindicando igualdade de acesso a bens e serviços e reconhecimento político e cultural (CANDAU, 2011, p. 241).

Conviver com as diferenças é tão desafiador quanto discutir sobre elas. A diferença constitutiva da sociedade, refletida no espaço escolar, pode tornar-se um "problema", gerando conflitos que podem desencadear violências, ou serem transformados em potenciais de aprendizagem (CANDAU, 2011). Ampliar essa discussão junto aos educadores e às educadoras requer também a reflexão sobre o papel da escola, para além da tradicional "transmissão de conteúdos". Formar cidadãos educando-os (as) para a convivência respeitosa, em uma cultura de paz, de valorização das diferenças, é também papel dessa escola. Para isso, é necessário que os(as) estudantes compreendam o processo histórico e cultural de formação da sociedade brasileira. É competência da escola refletir sobre a realidade social e a diversidade étnico-cultural que compõe nossa sociedade. Essa reflexão necessariamente perpassa as questões etnicorraciais, apresentadas inicialmente nos episódios de racismo constatados recentemente, que nos traz outras questões como:

Como será que nós, professores e professoras, temos trabalhado com a questão racial na escola? Que atitudes tomamos frente às situações de discriminação racial no interior da escola e da sala de aula? Até quando esperaremos uma situação drástica de conflito racial ou enfrentamento para respondermos a essas perguntas? Por que será que a questão racial ainda encontra tanta dificuldade para entrar na escola e na formação do professorado brasileiro? (GOMES, 2005, p. 146).

O presente estudo revela que a questão etnicorracial, bem como as questões de gênero, sexualidade e orientação sexual começam a se fazer presentes na última década na formação continuada dos(as) educadores(as) do DF, em função de uma demanda real, bem como de uma série de normas e diretrizes, já citadas anteriormente. Essas colocaram em pauta uma demandas da população afrodescendente, no sentido de políticas de ações afirmativas, isto é, de políticas de reparações e de reconhecimento e valorização de sua história, cultura, identidade. Trata-se de uma política educacional, fundada em dimensões históricas, sociais, antropológicas oriundas da realidade brasileira e busca combater o racismo e as discriminações que atingem particularmente os negros (BRASIL, 2013, p. 478).

São essas *Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação das Relações Etnicorraciais e para o Ensino de História e Cultura Afro-Brasileira e Africana* que salientam a necessidade de políticas educacionais capazes de fornecer condições materiais das escolas e formação continuada para professores(as), indispensáveis na construção de uma escola pública de qualidade, para todos e todas.

É importante ressaltar que a referida *Educação das relações-eticorraciais* ultrapassa a disseminação dos conhecimentos acerca da história, cultura e identidade dos descendentes africanos. Exige também a adoção de "políticas educacionais e de estratégias pedagógicas de valorização da diversidade, a fim de superar a desigualdade etnicorracial presente na educação escolar brasileira, nos diferentes níveis de ensino." (BRASIL, 2013, p. 479).

A análise da política de formação continuada adotada pela SEEDF, nos últimos 10 anos, possibilita apontar sua direção em relação a essas questões. As propostas de cursos analisadas, com seus objetivos e conteúdos, evidenciam em que medida as ações desenvolvidas pela Eape tem promovido, para além da discussão sobre implementação das Leis nº 10.639/2003 e nº 11.645/2008, o questionamento das relações vigentes nas escolas, fundamentadas em preconceitos e na desqualificação da pessoa negra. É preciso refletir sobre os "bichos" presentes nas representações e estereótipos depreciativos, nas palavras e atitudes racistas que saem das florestas e chegam aos mais diversos espaços, como a escola, com violências veladas ou explícitas, tais quais aquelas recentemente noticiadas. Tudo isso expressa sentimentos de superioridade em relação aos negros que continuam imperando no íntimo dos sujeitos que praticam o racismo, sentimentos próprios de uma sociedade hierárquica e desigual como a brasileira.

1.4 Referencial teórico

"Para reeducar as relações etnicorraciais, no Brasil, é necessário fazer emergir as dores e medos que têm sido gerados. É preciso entender que o sucesso de uns tem o preço da marginalização e da desigualdade impostas a outros. E então decidir que sociedade queremos construir daqui para frente" (MEC, 2004, p. 480)

1.4.1 Educação para as relações etnicorraciais: termos e conceitos

Entende-se por educação para as relações etnicorraciais como uma educação

orientada para a divulgação e produção de conhecimentos, bem como atitudes, posturas e valores que eduquem cidadãos quanto à pluralidade etnicorracial, tornando-os capazes de interagir e de negociar objetivos comuns que garantam, a todos, respeito aos direitos legais e valorização de identidade, na busca da consolidação da democracia brasileira (MEC, 2004, p. 15).

Como afirmou Nelson Mandela, em célebre frase, "para odiar, as pessoas precisam aprender". E se cabem à escola as mais diversas aprendizagens, porque não ensinar a amar, a respeitar e a conviver nas diferenças? O questionamento das relações etnicorraciais estabelecidas no âmbito escolar, muitas vezes simuladas como harmoniosas, implicadas em relações de poder, tem como pressuposto a constatação de preconceitos internalizados pelos(as) estudantes e manifestos nas discriminações raciais.

Essa discussão demanda, por parte dos educadores, a apropriação de conceitos imprescindíveis no desenvolvimento da competência e criticidade necessárias na abordagem em sala de aula e na mediação dos conflitos emergentes no ambiente escolar.

Raça ainda é um termo utilizado nas relações sociais brasileiras, para informar como determinadas características físicas, como cor de pele, tipo de cabelo, entre outras, influenciam, interferem e até mesmo determinam o destino e o lugar social dos sujeitos no interior da sociedade brasileira. (BRASIL, 2013, p. 480).

Hall (2003), nessa perspectiva, situa raça como uma "categoria discursiva em torno da qual se organiza um sistema de poder socioeconômico de exploração e exclusão – ou seja, o racismo" (HALL, 2003, p. 69) Este, a partir de uma lógica própria, tenta justificar, então, as diferenças sociais e culturais que legitimam a exclusão racial. Nessa referência discursiva, essas diferenças são "naturalizadas", tornando-se um fato fixo e científico (HALL, 2003, p. 69). Ao compreender os nefastos efeitos desse processo, nas relações estabelecidas na sociedade brasileira, este trabalho reforça a importância das políticas educacionais no sentido de

desconstruir, de desnaturalizar as representações e os preconceitos que reproduzem essas práticas discursivas e se manifestam em práticas discriminatórias e diversas formas de violência.

Na discussão proposta para a formação continuada, o termo raça não deve ser utilizado na acepção biológica criada para classificar a diversidade humana. Com a ressignificação dada por estudiosos da área e pelo movimento social negro, o termo adquire uma dimensão social e política como forma de dar visibilidade à discriminação racial e ao racismo existentes na sociedade brasileira.

"No Brasil, quando discutimos a respeito dos negros, vemos que diversas opiniões e posturas racistas têm como base a aparência física para determiná-los como 'bons' ou 'ruins', 'competentes' ou 'incompetentes', 'racionais' ou emotivos" (GOMES, 2005, p. 45-46). São opiniões e posturas preconceituosas que remontam ao conceito de raça utilizado pelos naturalistas dos séculos XVIII-XIX para classificar os grupos humanos, hierarquizando-os em uma escala de valores chamada raças. (MUNANGA, 2003). A relação entre o biológico e as qualidades psicológicas, morais, intelectuais e culturais ainda está marcada nos discursos e práticas observados na sociedade brasileira.

Os xingamentos, os apelidos depreciativos, as brincadeiras e piadas de mau gosto, a ridicularização dos traços físicos e da textura do cabelo criam para estudantes negros(as) condições de exclusão na escola, desfavoráveis à aprendizagem e à convivência social, fazendo que esses se sintam rejeitados e menosprezados. Promover a reflexão sobre as relações etnicorraciais é também combater a exclusão por elas estabelecidas. Boaventura situa o conceito de exclusão a partir de Foucault, como um fenômeno cultural e social. "Trata-se de um processo histórico através do qual uma cultura, por via de um discurso de verdade, cria o interdito e o rejeita" (SANTOS, 1999, p. 2).

No caso do racismo, o princípio da exclusão assenta na hierarquia das raças e, ao excluir as pessoas negras, esse sistema de pertença hierarquizada gera desigualdades, construídas no essencialismo da diferença.(SANTOS, 1999).

A manifestação de racismo –como uma ideologia que preconiza a hierarquização dos grupos humanos em função de sua cor, raça ou etnia –e a discriminação racial direta –via injúrias ou cerceamentos de acesso ou oportunidades –são classificados no Brasil, desde o final de década

de 1980, como crimes, e são passíveis de acusação e prisão (JACCOUD, 2008, p. 134).

Se o racismo, como dispositivo de hierarquização, situou no passado as pessoas negras na condição de escravos, atualmente as coloca nas estatísticas de fracasso escolar, de baixa renda, baixa escolaridade, situando-os tanto no fenômeno sociocultural da exclusão quanto da desigualdade socioeconômica. "Seja no que diz respeito à educação, saúde, renda, acesso a empregos estáveis, violência ou expectativa de vida, os negros se encontram submetidos às piores condições" (JACCOUD, 2008, p. 131)

Vários estudos analisam como o tratamento das diferenças raciais desencadearam em nosso país desigualdades raciais, com enorme prejuízo para a população negra. Paixão (2003), ao analisar diversos dados estatísticos, destaca a desigualdade educacional como principal determinante dessas desigualdades raciais. Nos indicadores analisados, os afrodescendentes, devido à menor escolaridade, concentram-se em funções manuais e de menor prestígio social. Eles(as) estão majoritariamente nos serviços domésticos, na construção civil, nos serviços de limpeza, na indústria têxtil, nos serviços de reformas e transportes. O componente racial também se explicita na posição ocupada no mercado de trabalho, sendo as pessoas negras a maior parte dos trabalhadores que vivem na informalidade, na vulnerabilidade e em situação de desemprego.

A contundente presença do fator racial nas desigualdades demarcadas tem como fator crucial a baixa escolaridade. Isso desloca para a área educacional a responsabilidade na reversão desse panorama, a partir de políticas públicas capazes de alterá-lo.

O simples fato de que os afro-descendentes, representando 45% da população, perfaçam 67% do total de analfabetos já é significativo por si mesmo, e se torna ainda mais eloquente dentro dos parâmetros gerais de uma teoria, como de capital humano, que associa níveis de escolaridade e rendimentos (PAIXÃO, 2003, p. 115).

Importante destacar que os negros ou os afrodescendentes, nos dados estatísticos, agrupam o conjunto da população preta e parda que constam nos dados oficiais, mas como afirmar ser negro em um país cuja formação se deu a partir de diversas matrizes étnico-culturais? Para Munanga (2004), muitos brasileiros

aparentemente brancos trazem marcadores genéticos africanos, podendo-se dizer afrodescendente. Considerar-se negro ou não é uma decisão política.

Os conceitos de negro e de branco têm um fundamento etno-semântico, político e ideológico, mas não um conteúdo biológico. Politicamente, os que atuam nos movimentos negros organizados qualificam como negra qualquer pessoa que tenha essa aparência. É uma qualificação política que se aproxima da definição norte-americana (MUNANGA, 2004, p. 52).

2 POLÍTICAS PÚBLICAS EDUCACIONAIS E DESIGUALDADES RACIAIS

Quando as diferenças marcadas por questões raciais se consubstanciam-se em desigualdades, políticas públicas específicas tornam-se necessárias para garantir os direitos negados a determinados grupos. A política educacional analisada neste trabalho insere-se no conjunto dessas ações, voltadas à concretização do "princípio constitucional da igualdade material e à neutralização dos efeitos da discriminação racial, de gênero, de idade, de origem nacional e de compleição física" (GOMES, 2005, p. 5) A política de formação continuada dos profissionais da educação da SEEDF, ao privilegiar o debate sobre a inclusão, a diversidade e o respeito às diferenças, tende a contribuir para a reversão dessas desigualdades ao promover condições de acesso, permanência e aprendizagem aos mais diversos grupos. Torna-se um locus privilegiado para reflexão e análise das questões etnicorraciais, bem como de proposição de estratégias de enfrentamento do preconceito e da discriminação, fortalecendo a identidade de educadores(as) comprometidos(as) com a transformação social.

Os avanços jurídicos constatados a partir da Lei nº 10.639/2003, do plano nacional, lançado para sua implementação e das diretrizes curriculares das relações etnicorraciais não garantem, por si só, a incorporação dessas temáticas nos currículos, nos projetos e nas pedagógicas. A formação continuada, como espaço dialógico, configura-se como um caminho possível para transformação de realidades internas (concepções, crenças e valores) que antecedem a mudança de atitudes e práticas pedagógicas. Somente a partir da desconstrução das representações, preconceitos e estereótipos, internalizados em um processo histórico-cultural que se poderão construir caminhos para redefinição das relações etnicorraciais estabelecidas.

Se as leis e as políticas públicas modificam o cenário jurídico e político, é no campo do simbólico que a necessária mudança habita. Nesse aspecto, os cursos e ações promovidos pela Eape podem e devem constituir-se como espaços que, para além das discussões conceituais e das práticas pedagógicas, possam

socializar experiências, confrontar ideias e refletir sobre a reprodução nos discursos e nas falas de estereótipos e preconceitos, cujas implicações são perversas para toda a sociedade.

Se nas formações "temos a oportunidade de experimentações com sensibilidades *in progress*, podemos aproveitar para solapar alguns imperativos ditos racionais" (HENZ, 2009, p. 68). É nos espaços promovidos pela formação continuada que a escuta sensível, a paciência, o respeito nas divergências, o dialogismo, a inquietude epistemológica e o inconformismo devem se manifestar. É preciso desestabilizar certezas, abrindo espaço para as questões da diversidade, presentes nos currículos, mas nem sempre nas mentes, discursos e práticas. As rupturas e reinvenções, na reeducação das relações étnico-raciais, requerem uma política de formação que torne porosa a blindagem a que todos os educadores estão submetidos (HENZ, 2009).

Dentre as perversas implicações do racismo, uma merece atenção especial, que é a grande dificuldade de negros e negras desenvolverem uma identidade calcada no positivo. A título de ilustração, dentre as crianças brasileiras brancas de oito e nove anos, frequentando a escola, a taxa de analfabetismo é da ordem de 8%, enquanto que, entre as negras, essa taxa sobe para 16%. (SILVA; BRANCO, 2012, p. 160).

Identidade, raça, racismo são alguns dos conceitos implicados neste debate. O termo étnico, igualmente importante, e empregado na expressão etnicorracial, serve para marcar que essas relações tensas devidas a diferenças na cor da pele e traços fisionômicos o são também devido à raiz cultural plantada na ancestralidade africana, que difere em visão de mundo, valores e princípios das de origem indígena, europeia e asiática (BRASIL, 2013, p. 480) . De acordo com Hall, a etnicidade gera um discurso em que a diferença se funda em características *culturais e religiosas*" (HALL, 2003, p. 70, grifo nosso). Se o racismo privilegia a cor de pele como critério, a etnicidade pauta-se nas diferenças culturais e sociais. Em outras palavras, ambas as categorias discursivas podem incorrer no risco de estigmatizar, transitando entre o sociocultural e o biológico.

As Diretrizes Curriculares Nacionais da Educação para as Relações Etnicorraciais (BRASIL, 2013) fazem parte de um conjunto de políticas de reparações e reconhecimento dirigidas à correção de desigualdades raciais e sociais e ao combate aos preconceitos, ancorados em representações sociais que

desqualificam a pessoa negra, mantendo uma estrutura social excludente e discriminatória. Do mesmo modo, a Lei nº 10.639/2003, ao ser implementada nos sistemas de ensino, busca superar o etnocentrismo e um histórico de exclusão e de invisibilidade da história e cultura africana, como importantes elementos para a compreensão da matriz histórico-cultural da sociedade brasileira.

A política de formação continuada dos profissionais da educação, ao incorporá-las em suas ações, deve promover não só reconhecimento e a valorização da história e da cultura afro-brasileira, mas também forjar novas relações etnicorraciais, pautadas na equidade, no respeito e em uma cultura da paz. Exige-se que se repense não apenas a inclusão de novos conteúdos, mas, principalmente, que se repense as relações no cotidiano escolar, compondo projetos pedagógicos que cumpram com o exigido na Lei nº 10.639/2003.

Somente assim será possível promover uma cultura da paz, cuja construção deve se caracterizar pela convivência democrática e positiva entre grupos étnicos historicamente discriminados (negros, indígenas, ciganos, etc.) para que todos, sem distinção sejam merecedores do devido respeito, voz de visibilidade no contexto da sociedade. Isso exige e implica o direcionamento das instâncias educativas para o desenvolvimento de valores de justiça e igualdade, caracterizados pela aceitação da diversidade desde a mais tenra infância. Em poucas palavras, a construção de uma cultura de paz e de uma efetiva justiça social estão necessariamente e intimamente ligadas. (SILVA; BRANCO, 2012, p. 161).

A perspectiva a ser adotada na política de formação continuada dos profissionais da educação no DF, em relação à temática, atualmente é orientada pela transdisciplinaridade e interdisciplinaridade.⁶ Parte-se da premissa de que é papel da escola superar o racismo e combater todas as formas de discriminação. Sendo assim, caberá a todos(as) educadores(as) essa responsabilidade, independentemente do seu pertencimento etnicorracial, crença religiosa ou posição política. Os efeitos do racismo atinge a todos(as), não podendo ser, portanto,

⁶ Seguindo as Diretrizes do Currículo em Movimento, orienta-se que os conteúdos sejam organizados em torno dos eixos transversais para que o trabalho pedagógico desenvolvido pelos(as) professores(as) seja interdisciplinar, integrado e contextualizado (GDF, 2013, p. 36).

apenas uma luta do movimento negro.

As formas, os níveis e os resultados desses processos incidem de maneira diferente sobre os diversos sujeitos e interpõem diferentes dificuldades nas suas trajetórias de vida escolar e social. Por isso, a construção de estratégias educacionais que visem ao combate do racismo é uma tarefa de todos os educadores, independentemente do seu pertencimento etnicorracial. [...] Daí a necessidade de se insistir e investir para que os professores, além de sólida formação na área específica de atuação, recebam formação que os capacite não só a compreender a importância das questões relacionadas à diversidade etnicorracial, mas a lidar positivamente com elas e sobretudo criar estratégias pedagógicas que possam auxiliar a reeducá-las (BRASIL, 2013, p. 482).

2.1 Metodologia

A pesquisa realizada distanciou-se do projeto inicial, pois adquiriu mais um caráter quantitativo no que diz respeito à análise dos dados. A análise qualitativa, como já exposto anteriormente, poderia ter sido significativa se o impacto dessa política de formação pudesse ser constatado no trabalho desenvolvido nas escolas públicas do DF, no entanto restringiu-se à análise dos conteúdos e objetivos das propostas de cursos que, considerados em um conjunto, apontam para a relevância das discussões propostas, contribuindo para a ampliação do debate sobre as questões raciais.

Os dados analisados constam nos dossiês dos cursos ofertados pela Eape nos últimos 10 anos, nos quais se encontram as propostas dessas formações. O responsável pela disponibilização desses dados foi o Núcleo de Documentação da Eape (Nudoc), setor responsável pelo expediente da Eape e pela guarda permanente dos documentos. É ele o responsável pela confecção das atas de frequência, pelo arquivamento das propostas de cursos em dossiês, pela emissão e distribuição dos certificados e pelo levantamento estatístico do quantitativo de cursos ofertados, cursistas matriculados, desistentes e concluintes em cada formação.

Foi realizado um levantamento prévio dos cursos ofertados entre os anos de 2003 e 2013, a partir dos títulos foram selecionados os cursos que sinalizavam a abordagem das questões etnicorraciais de forma específica ou articulada a outros

temas. Com esse levantamento, foi possível construir tabelas e gráficos relacionando dados quantificáveis como: número de cursos ofertados por ano (total geral e os que incorporaram as questões etnicorraciais em suas propostas) e número de concluintes.

Nesse levantamento, por vezes, o título do curso nem sempre evidenciava o conteúdo trabalhado. Por um lado, palavras como *inclusão* ou *escola inclusiva* geralmente se restringiam aos cursos relacionados à educação especial, adotando uma perspectiva voltada apenas para a exclusão das pessoas com deficiência, visão restrita e limitada da inclusão escolar. Por outro lado, cursos com o objetivo de discutir a *mediação de conflitos* ou o *currículo escolar* incorporaram a temática em suas formações, ainda que não evidentes no título do curso.

A partir dessa seleção, as propostas de curso foram analisadas, identificando seus objetivos, carga horária, público-alvo e conteúdos trabalhados. Devido ao curto tempo destinado para a pesquisa, não foi possível tornar os materiais e as metodologias objetos de análise e interpretação. Ainda assim, é possível afirmar que os dados analisados puderam mapear as concepções que nortearam esses projetos de curso.

Após essa coleta e análise inicial, foi necessário contextualizá-los tanto em seus aspectos históricos quanto sociais, possibilitando compreender a relação entre as políticas públicas nacional e locais de formação dos professores da educação básica. As diretrizes e a legislação que amparam essas políticas também serviram como fontes documentais, contribuindo na contextualização das propostas de cursos analisada e nos demais dados coletados.

A pesquisa bibliográfica foi importante para mapear o que já foi produzido em relação à temática, especialmente, a partir do acervo de monografias, dissertações e teses disponíveis na biblioteca da Eape.

2.2 Caracterização da organização, setor ou área

De 2003 a 2009, foram analisados os dossiês de cursos que são compostos por propostas de curso, ata de frequência dos cursistas (controle de frequência dos

encontros presencias), recibo de entrega de certificados e copia do certificado. Entre os anos de 2010 a 2013, os arquivos ainda não estão organizados em dossiês, mas em pastas arquivos individuais.

Também foi analisado o conteúdo da pasta de dados estatísticos impressos dos cursos realizados de 2000 a 2012. Os dados relativos aos cursos desenvolvidos em 2013 ainda não foram finalizados. Todas as propostas de curso analisadas estavam impressas, com exceção dos documentos de 2013 que foram disponibilizadas no formato digital.

2.3 Caracterização dos instrumentos de pesquisa

Os instrumentos utilizados nesta pesquisa foram as propostas de cursos oferecidos pela Eape, entre 2003 e 2013, bem como os dados estatísticos sobre eles, conforme relação a seguir e quadros em anexo.

2.4 Questões etnicorraciais: presença e silenciamento da temática nas formações da Eape

Segue levantamento de cursos ofertados pela Eape que, no período de 2003 a 2013, inseriram as questões da diversidade em suas formações, contribuindo para a ampliação do debate junto aos profissionais da educação do DF. Estes estão destacados na tabela. Alguns cursos que elegeram a temática, mas não abordaram as questões etnicorraciais, também foram relacionados com o objetivo de apontar silenciamentos para além da não oferta de cursos relacionados com o tema. Buscou-se também sinalizar quais nos cursos que poderiam ou deveriam ter abordado o tema e não o fizeram.

Tabela 1 – Cursos ofertados pela Eape (2003 a 2013)

Ano	Cursos ofertados ⁷
2003	1. Educação para Todos: atendendo à Diversidade
2004	1. Programa de Educação Inclusiva: Direito à Diversidade
2005	1. Programa de Educação Inclusiva: Direito à Diversidade
	2. Currículo em Movimento- Currículo e Avaliação: um Espaço de Discussão
2006	1. Construindo Escolas para a Diversidade
	2. O Ensino da História e a Cultura afro-brasileira
	3. Programa de Educação Inclusiva: Direito à Diversidade – (Formação de multiplicadores para as Cidades-Satélites) (Capacitação das Equipes de Apoio à Aprendizagem)
2007	1. Educação Inclusiva: Direito à Diversidade
	2. História e Cultura Afro-brasileira – Lei nº10.639/2003
	3. Nexos e Reflexos da África e da Afro-brasilidade presente nas Escolas do Distrito Federal
	4. Programa de Educação Inclusiva: Direito à Diversidade
2008	1. A África está em nós
	2. Educação não Rima com Segregação: Reflexões sobre a Materialidade da Lei 10.639/03 no espaço escolar

⁷ Os cursos destacados incluíram em suas propostas temas relacionados à educação para as relações etnicorraciais.

	3. Memória D'África- Heranças Africanas
2009	1. A aula de História e o(s) fim(ns) da História: Algumas Reflexões Teóricas e Metodológicas
	2. Construindo a Educação das Relações Etnicorraciais no DF
	3. Juventude, Diversidade e Convivência Escolar
	4. Os Caminhos Pedagógicos para a aplicação das Leis nº 10.639/03 e nº 11.645/08
2010	1. Diversidade: a Construção de Diálogos Pedagógicos nas Escolas do Distrito Federal
	2. 20 de novembro: Consciência Pedagógica por uma Educação Anti-Racista no Distrito Federal
	3. A Construção da Identidade Nacional: a Cultura Africana e Afro-brasileira.
	4. Diante da Experiência: Representações de Grupos Marginalizados na Literatura Brasileira
2011	1. A Construção da Identidade Nacional: a Cultura Africana e Afro-Brasileira
	2. A Cor da Cultura: Trabalhando a Afro-Brasilidade no Currículo
	3. Educação e Diversidade: como lidar com as relações etnicorraciais, de gênero e de sexualidade?
	4. Educação para a Igualdade Etnicorracial no DF
2012	1. A Inclusão do Outro através do Olhar Diferenciado e as Várias Formas de Diversidades Humanas
	2. Convivência, Diversidade e Inclusão Educacional

	3. Educação e Diversidade: como Lidar com as Relações Etnicorraciais na Escola?
	4. Educação em Direitos Humanos: Reconhecendo a Diversidade e Promovendo a Inclusão Educacional
	5. A Capoeira da Escola
2013	1. Currículo em Movimento Ed. Infantil Anos Iniciais Anos Finais Ensino Médio

Fonte: elaboração da autora.

- **Delineamento das propostas de cursos**

Ano: 2003
1. Curso: Educação para Todos: Atendendo à Diversidade
Objetivos: proporcionar conhecimentos da legislação, teorias e fundamentos que regem o ensino especial; proporcionar momentos de discussão sobre a práxis educacional diante do processo de inclusão, na perspectiva de desenvolver competências necessárias para identificar formas de avaliação e atendimento do ANEEs (alunos com necessidades educacionais especiais).
Conteúdos: <ul style="list-style-type: none"> • Histórico. • Legislação. • Perfil do profissional. • Tipos de deficiências. • Adaptação curricular. • Avaliação. • Todos relacionados à educação especial.
Carga horária: 80 horas.
Público-alvo: não consta.
Fonte: GDF, SEE, Subep, Eape – cursos. V., 2003, n. 19.

Ano: 2004
1. Curso: Programa de Educação Inclusiva: Direito à Diversidade
Objetivo: oferecer formação continuada para os profissionais de educação que atuam na educação especial e no ensino regular das futuras escolas inclusivas de todas as Diretorias Regionais de Ensino do Distrito Federal.

Conteúdos:
<ul style="list-style-type: none"> • Escola Inclusiva – a fundamentação filosófica • Escola Inclusiva – a escola • Escola Inclusiva – a família • Necessidades Educacionais Especiais • A educação no Distrito Federal • O processo de ensino e aprendizagem no contexto da relação entre professor e aluno • A relação entre desenvolvimento e a aprendizagem
Carga horária: 60 horas.
Público-alvo: não consta.
Fonte: GDF, cursos realizados pela Eape, n. 57

Ano: 2005⁸
1. Curso: Programa de Educação Inclusiva: Direito à Diversidade
2. Curso: Currículo em Movimento- Currículo/ Avaliação: um espaço em discussão
Objetivo: desenvolver um novo olhar para a prática pedagógica à luz dos princípios e fundamentos que norteiam o currículo e a avaliação da aprendizagem das Escolas Públicas do Distrital
Carga horária: 180 horas.
Conteúdos:
<ul style="list-style-type: none"> • O conhecimento: a pré-concepção e a reflexão. • Aprendizagem: estrutura e tipos. • Visão do mundo: formação, percepção, compreensão. • Metas, objetivos, metodologias: conteúdos, habilidades e competências. • Principais teorias da aprendizagem: implicações na educação. • Dimensões do processo ensino-aprendizagem. • Elementos que interferem no sucesso e no fracasso da aprendizagem. • Projeto Político-Pedagógico e Gestão da Educação. • Planejamento e políticas educacionais. • Projetos/interdisciplinaridade. • Educação e mudança social.
Público-alvo: coordenadores intermediários, professores das séries finais do ensino fundamental e do ensino médio em regência de classe.
Fonte: GDF, atas de cursos – 2005, n. 21

⁸ Constam nos dados estatísticos dois cursos, são eles: Diversidade: a construção de Diálogos Pedagógicos nas Escolas do Distrito Federal (2 concluintes) e Mediação Cultural (1 concluinte). Estes, entretanto, não constam nos dossiês, não havendo registro de propostas de cursos e atas de frequência. Por isso, os dois não foram considerados no levantamento realizado.

Ano: 2006
1. Construindo Escolas para a Diversidade
Objetivo: oferecer formação continuada para os profissionais da educação e comunidade que atuam no contexto escolar, de forma a sensibilizá-los para a construção de escolas para a diversidade.
Conteúdos: <ul style="list-style-type: none"> • Uma gestão para a mudança. • A liderança na escola. • Mudar práticas. • Um projeto educacional para a diversidade. • Monitoramento e avaliação da mudança. • Trabalhando colaborativamente para resolver problemas na escola. • Criando redes de apoio. • O novo papel da educação especial no contexto dos sistemas educacionais inclusivos.
Carga horária: 110 horas.
Público-alvo: não consta.
Fonte: GDF, SEE, Sugepe, Eape, atas de cursos – 2006, Livro 08, nº 29
2. Curso: O Ensino da História e Cultura Afro-Brasileira
Objetivo: abrir amplo espaço de discussão sobre o ensino de história e a inserção da História da África e dos afro-brasileiros por meio de leituras teóricas e debates referentes à prática pedagógica.
Conteúdos: <ul style="list-style-type: none"> • História nas atuais propostas curriculares. • Introdução à História da África. • Identidades étnicas e culturais. • A cultura popular e a resistência negra. • Religiosidade negras: resistência político-cultural. • Cultura afro-brasileira em livros didáticos e paradidáticos.
Carga-horária: 60 horas.
Público-alvo: não consta.
Fonte: GDF, SEE, Sugepe, Eape. Atas de cursos- 2006, Livro 16, nº 57.
3. Curso: Programa de Educação Inclusiva e Direito à Diversidade: capacitação para a formação de multiplicadores
Objetivos: oferecer formação continuada aos profissionais da educação que atuam no sistema de apoio itinerante nas Diretorias Regionais de Ensino do Distrito Federal.

Conteúdos:
<ul style="list-style-type: none"> • Escola Inclusiva – a fundamentação filosófica. • Escola Inclusiva – a escola. • Escola Inclusiva – a família. • Necessidades educacionais especiais. • O processo de ensino e aprendizagem no contexto da relação entre professor e aluno. • A relação entre desenvolvimento e aprendizagem. • A diversidade no contexto educacional. • Declaração de Salamanca. • Adaptações curriculares. • Processo de avaliação na escola: revendo conceitos e posições.
Carga horária: 32 horas.
Público-alvo: gestores, coordenadores, professores e comunidades das futuras escolas inclusivas.
Fonte: GDF, SEE, Sugepe, Eape, atas de cursos – 2006, Livro 19, nº 70.

Ano: 2007
1. Curso: Educação Inclusiva: Direito à Diversidade
Objetivo: oferecer formação continuada aos profissionais da educação que atuam no apoio/suporte educacional nas Diretorias Regionais de Ensino do Distrito Federal.
Programa: Desenvolvendo a Prática Educativa na Educação Inclusiva
Conteúdos: <ul style="list-style-type: none"> • Escola Inclusiva: fundamentação filosófica. • Escola Inclusiva – a escola. • Escola Inclusiva – a família. • Necessidades educacionais especiais. • O processo de ensino e aprendizagem no contexto da relação entre professor e aluno. • A relação entre desenvolvimento e aprendizagem. • A diversidade no contexto educacional. • Declaração de Salamanca. • Adaptações curriculares. • Processo de avaliação na escola: revendo conceitos e posições.
Público-alvo: gestores, coordenadores de educação especial e chefes de Núcleos de Coordenação Pedagógica (NCP), Coordenação de Planejamento e Controle (CPC) e Núcleo de Recursos Humanos e professores itinerantes que ainda não haviam realizado a referida capacitação.
Carga horária: 32 horas.
Fonte: GDF, SEE, Sugepe, Eape – atas de cursos, 2007. Livro 07, nº 23
2. Seminário: História e Cultura Afro-Brasileira – Lei nº 10.639/2003

<p>Objetivo: refletir sobre a responsabilidade histórica e social de todos os educadores, discentes na implantação e implementação da Lei nº 10.639/2003, propondo ações que permitam viabilizar a construção de estratégias para:</p> <ul style="list-style-type: none"> • Inserir o ensino de história da África e dos afro-brasileiros no currículo do Distrito Federal. • Enfrentar o racismo e todas as formas de injustiça social presentes também no espaço escolar. • Compreender a riqueza histórica do continente africano em toda a sua multiplicidade e as inter-relações estabelecidas com a história do Brasil.
<p>Público-alvo: professores do ensino fundamental, médio e EJA das escolas da Diretoria Regional de Ensino de Taguatinga.</p>
<p>Carga-horária: 4 horas.</p>
<p>Fonte: GDF, SEE, Sugepe, Eape – atas de cursos, 2007. Livro 09, nº 33.</p>
<p>3. Curso: Nexos e Reflexos da África e da Afro-Brasilidade presente nas Escolas do Distrito Federal</p>
<p>Objetivo: promover uma reflexão sobre a lei 10639/2003, enfocando as possibilidades plurais de sua aplicação no espaço das escolas públicas do Distrito Federal.</p>
<p>Conteúdos:</p> <ul style="list-style-type: none"> • Diversidade na educação: reflexões e experiências. • Currículo, escola e identidades. • Lei nº 10.639/2003. • Representação da produção cultural e artística dos negros da diáspora. • África no mundo. • A prática pedagógica e a construção de identidades.
<p>Público-alvo: professores e coordenadores atuantes na rede pública de ensino do Distrito Federal.</p>
<p>Carga-horária: 48 horas.</p>
<p>Fonte: GDF, SEE, Sugepe, Eape – atas de Cursos, 2007. nº 40.</p>
<p>4. Curso: Programa de Educação Inclusiva: Direito à Diversidade.</p>
<p>Objetivo: compartilhar novos conhecimentos e informações a respeito do sistema educacional inclusivo para ampliar e disseminar conhecimentos e estimular o intercâmbio de experiência entre os diversos profissionais que atuam no processo de inclusão educacional.</p>
<p>Conteúdos:</p> <ul style="list-style-type: none"> • Escola inclusiva: fundamentação filosófica. • Escola inclusiva: a escola. • Escola inclusiva: a família, necessidades educacionais especiais. • A educação especial no Distrito Federal. • O processo de ensino e aprendizagem no contexto da relação professor e aluno. • A relação entre desenvolvimento e aprendizagem. • A diversidade no contexto educacional. • Declaração de Salamanca.

<ul style="list-style-type: none"> • Adequações curriculares. • Processo de avaliação na escola: revendo conceitos e posições.
<p>Referência: módulos do Programa de Educação Inclusiva Direito à Diversidade – MEC/SEESP-Secretaria de Educação Especial, 2004.</p>
<p>Carga-horária: 32 horas.</p>
<p>Público-alvo: gestores, coordenadores, professores e auxiliares de educação das futuras Escolas Inclusivas.</p>
<p>Fonte: GDF, SEE, Eape – atas de cursos, 2007, Livro nº 13.</p>

<p>Ano: 2008</p>
<p>1. Curso: A África está em nós</p>
<p>Objetivo: promover uma reflexão sobre a Lei nº 10.639/2003, enfocando as possibilidades plurais de sua implementação no currículo das escolas públicas do Distrito Federal.</p>
<p>Conteúdos:</p> <ul style="list-style-type: none"> • África fundamental: retrato físico, econômico e político do continente africano. • Os africanos e seus descendentes no Brasil. • Resistências à opressão étnica – quilombos hoje. • A identidade afro-brasileira. • O negro na sociedade brasileira contemporânea. • A Lei nº 10.639/2003 e sua implementação. • Currículo e diversidade. • Vivências afro-brasileiras desenvolvidas no Distrito Federal.
<p>Público-alvo: professores atuantes no ensino fundamental e médio, coordenadores e supervisores pedagógicos das escolas públicas do Distrito Federal.</p>
<p>Carga-horária: 60 horas.</p>
<p>Fonte: GDF, SEE, Eape – atas de cursos, 2008. Livro 01, nº 2.</p>
<p>2. Curso: Educação não Rima com Segregação: Reflexões sobre a Materialidade da Lei 10.639/03 no Espaço Escolar.</p>
<p>Objetivo: promover uma reflexão sobre a Lei nº 10.639/2003, analisando as possibilidades plurais de sua implementação no currículo das escolas públicas do Distrito Federal.</p>
<p>Conteúdos:</p> <ul style="list-style-type: none"> • Educação e diversidade étnico-cultural. • Educação antirracista: caminhos abertos pela Lei federal nº 10.639/2003. • Termos e conceitos presentes no debate sobre relações raciais no Brasil. • Linguagens escolares e reprodução do preconceito. • Valores civilizatórios afro-brasileiros na elaboração de currículos escolares. • Aprendizagem e ensino das africanidades brasileiras.
<p>Público-alvo: professores(as) da educação básica, coordenadores(as), orientadores(as) e gestores escolares.</p>
<p>Carga-horária: 40 horas.</p>

Fonte: GDF, SEE, Eape – atas de cursos, 2008. Livro 09, nº 30.
3. Curso: Memória D'África heranças Africanas
Objetivo: promover uma reflexão sobre as Memórias d'África e suas inter-relações com a cultura brasileira, propiciando discussões em sala de aula como possibilidade de compreensão de nossa múltipla identidade e como elemento balizador para a recuperação da autoestima de afro-brasileiros que constituem a grande maioria excluída de nossa sociedade.
Conteúdo: <ul style="list-style-type: none"> • Unidade e diversidade: a África e sua interação com o mundo e com o Brasil. • Arte africana: música e dança e suas reconfigurações afro-brasileiras. • Línguas africanas e o português do Brasil. • A estética africana. • A dieta africana e algumas histórias da culinária afro-brasileira. • Religiões afro-brasileiras. • A capoeira. • A luta das mulheres negras por um mundo melhor. • A África se aprende na escola.
Público-alvo: professores da educação básica, gestores escolares e coordenadores.
Carga horária: 60 horas.
Fonte: GDF, SEE, Eape – atas de cursos, 2008. Livro 14, nº 47.

Ano: 2009
1. Curso: A Aula de História e o(s) fim(ns) da História: algumas reflexões teóricas e metodológicas.
Objetivo: refletir sobre o papel da história, da aula e do professor desta disciplina à luz de um referencial teórico, no contexto das contradições da sociedade atual. Discutir limites e possibilidades de metodologias aplicadas nas aulas de história, bem como a utilização e a ausência de elementos de apoio didático-pedagógico, tais como livro didático, computador, jornais, TV, vídeo entre outros no sentido desenvolvimento das aulas de história.
Conteúdos: <ul style="list-style-type: none"> • O "fim" ou os "fins" da história? • A história, o historiador e o professor de história. • A "morte e a ressurreição" da História? Desafios da aula de história na realidade atual. • Entre o passado o presente: limites e possibilidades da aula de história. • O referencial teórico e prático de sala de aula: oposição e complementaridade.
Público-alvo: professores de história do ensino fundamental, séries iniciais e finais, ensino médio da rede pública do DF.
Carga horária: 60 horas
Fonte: GDF, SEE, Eape – atas de curso, 2009. Livro 01, nº 01.
2. Curso: Construindo a Educação das Relações Étnico-Raciais no DF
Objetivo: promover uma reflexão sobre as Leis nº 10.639/2003 e nº 11.645/2008, explorando as temáticas que caracterizam e criam as possibilidades plurais de implementação do ensino de História e Cultura Afro-Brasileira e Indígena no currículo das escolas públicas do DF.

Conteúdos:
<ul style="list-style-type: none"> • Educação e diversidade étnico-cultural. • Educação antirracista: caminhos abertos pelas Leis de nº 10.639/2003 e nº 11.645/2008. • Raça, currículo e práxis pedagógica. • História da África: temas e questões para a sala de aula. • História e cultura indígena. • Heranças culturais: saberes e sabores. • Heranças culturais: estética. • Heranças culturais: matrizes religiosos. • Heranças culturais: música e dança.
Público-alvo: professores da educação básica, coordenadores, orientadores e gestores escolares.
Carga horária: 60 horas.
Fonte: GDF, SEE, Eape – atas de cursos, 2009. Livro 08, nº 30.
3. Curso: Juventude, Diversidade e Convivência Escolar
Objetivo: promover uma reflexão sobre a participação social e as violências nas escolas a partir da perspectiva de ações empreendidas, buscando como respaldo teórico a proteção dos direitos dos adolescentes e jovens, da construção da cidadania, da prática cotidiana dos educadores para assegurar a qualidade na educação.
Conteúdos:
<ul style="list-style-type: none"> • Violência e sociedade. • Juventude. • Família e escola. • Escola e comunidade. • Relações pedagógicas. • Violência e discriminação na escola. • Gênero e sexualidade. • Convivência escolar. • Projeto de pesquisa. • Metodologia de pesquisa. • Metodologia quantitativa e qualitativa. • Projeto de intervenção social. • Drogas. • Gangues. • Adolescentes em conflito com a lei: medidas socioeducativas, ECA. • Violência, escola e internet. • Mediação de conflitos na escola.
Público-alvo: professores atuantes nos anos iniciais do ensino fundamental, no ensino médio e, prioritariamente, os atuantes nos anos finais do ensino fundamental.
Carga-horária: 140 horas.
Fonte: GDF, SEE, Eape – atas de cursos, 2009. Livro 17, nº 74.
4. Curso: Os Caminhos Pedagógicos para a Aplicação das Leis nº 10.639/2003 e nº 11.645/2008
Objetivo: a partir do estudo teórico e análise de experiências práticas vivenciadas por professores, construir o espaço dialógico reflexivo em que o conhecimento a respeito das temáticas das Leis nº 10.639/2003 e nº 11.645/2008 possam ser efetivados se convertendo em prática pedagógica inserida

no Projeto Política Pedagógica da escola.
Conteúdos:
<ul style="list-style-type: none"> • Identidade afro-brasileira. • História da África. • Os povos africanos e indígenas e a cultura afro-brasileira na construção do país. • História dos quilombos. • Heranças culturais indígenas, africanas e europeias na língua e na literatura brasileira. • Heranças culturais indígenas, africanas e europeias na culinária e na estética brasileira. • As artes e a diversidade étnico-cultural na escola básica. • Da discriminação e exclusão à luta pela igualdade e representatividade. • A luta das mulheres negras. • Afrodescendência nos dias atuais. • Ancestralidade e religiosidade no Brasil. • A desconstrução da discriminação no livro didático. • Aprendizagem e ensino das africanidades brasileiras.
Público-alvo: professores, gestores, coordenadores e orientadores do quadro da Secretaria de Estado de Educação do Distrito Federal.
Carga horária: 60 horas.
Fonte: GDF, SEE, Eape – atas de cursos. Livro 20, nº 94.

Ano: 2010
1. Curso: Diversidades: a Construção de diálogos pedagógicos nas escolas do Distrito Federal
Objetivo: criar espaço de estudo, reflexão e debate a partir da interação com materiais teóricos e didáticos que possibilitem aos educadores estabelecerem em suas unidades escolares a construção coletiva de uma educação para as diversidades.
Conteúdos: <ul style="list-style-type: none"> • Diversidades na escola. • Identidade brasileira. • Ética, cidadania e relações raciais na sociedade brasileira e sua repercussão na escola. • Os povos africanos e indígenas, as etnias ciganas e a cultura afro-brasileira, indígena e cigana na construção do país. • Heranças culturais europeia, indígena, africana e ciganas na expressão corporal, na musicalidade, na língua e na literatura, na culinária e na estética brasileira. • As artes e a diversidade étnico-cultural e racial na escola básica. • II Fórum de Atualização sobre as Culturas Indígenas. • Da discriminação e exclusão à luta pela igualdade e representatividade. • As vozes de luta das mulheres indígenas, brancas, negras e ciganas. • As questões de gênero no Brasil. • Ancestralidades e religiosidade no Brasil. • A desconstrução da discriminação no livro didático • Aprendizagem e ensino das Diversidades no Brasil
Público-alvo: professores, gestores, coordenadores e orientadores do quadro da SEEDF
Carga-horária: 80 horas.

2. Curso: 20 de Novembro: Consciência Pedagógica por uma Educação Anti-Racista no Distrito Federal
<p>Objetivo: criar espaço de estudo, reflexão e debate referente às questões legais que inserem a obrigatoriedade de uma educação antirracista e as datas comemorativas de significado histórico e político, possibilitando assim aos educadores estabelecerem em suas unidades escolares a construção coletiva de uma educação para a diversidade.</p>
<p>Conteúdos:</p> <ul style="list-style-type: none"> • Datas comemorativas de significado histórico e político. • Vinte de novembro: história e conteúdo. • Leis nº 10.639/2003 e nº 11.645/2008. • Memória, patrimônio e identidade. • Datas cívicas e o ensino de História. • Currículo escolar e relações étnico-raciais. • Projeto Político Pedagógico para uma educação antirracista no DF. • Heranças culturais na moda, na estética, na dança, na música, na literatura, na culinária.
<p>Público-alvo: professores, gestores, coordenadores e orientadores do quadro da SEEDF.</p>
<p>Carga-horária: 50 horas.</p>
3. Diante da Experiência do Outro: Representações de Grupos Marginalizados na Literatura Brasileira Contemporânea
<p>Objetivo: divulgar junto aos professores da rede pública de ensino do DF os resultados de pesquisas e análises realizadas pelo Grupo de Estudos em Literatura Brasileira Contemporânea, do Departamento de Teoria Literária e Literaturas a fim de que as ideias e reflexões oriundas dessa pesquisa produzam resultados concretos e consistentes no âmbito do Distrito Federal no sentido de transformar e aprimorar as práticas de letramento literário. Pretende-se, ainda, que a ampliação da visão do professor quanto ao ensino de literatura possa resultar em aproximação entre a produção literária à qual os estudantes das classes populares têm acesso ou com a qual se identificam e aquela que é oferecida a eles na escola, levando-os a refletir sobre as questões de identidade, legitimidade, diversidade. Desse modo, os estudantes poderão sentir-se capazes de também produzirem literatura, conscientes de sua importância do grupo que têm a expressar. Entender as dificuldades encontradas pelos grupos marginalizados para se fazerem visíveis – ao mesmo tempo em que se reconhecem as brechas possíveis de um sistema de exclusão – pode contribuir na formação de um estudante cidadão, engajado com as questões estéticas, culturais e também éticas.</p>
<p>Conteúdo: análise da representação na literatura brasileira contemporânea do preconceito relativo a grupos socialmente marginalizados.</p>
<p>Público-alvo: professores de língua portuguesa e literatura do ensino médio e ensino fundamental (anos finais), preferencialmente.</p>
<p>Carga-horária: 40 horas.</p>

4. Curso: A Construção da Identidade Nacional: A Cultura Africana e Afro-Brasileira⁹

Ano: 2011

1. Curso: A Construção da Identidade Nacional: A Cultura Africana e Afro-Brasileira

Objetivo: capacitar profissionais da educação para implementação da Lei nº 10.639/2003, que altera o artigo 26A da Lei de Diretrizes e Bases (LDB), no que diz respeito à abordagem pedagógica do tema cultural africana e afro-brasileira.

Conteúdos:

- Em busca da igualdade: a diversidade no Brasil.
- Paralelo África-Brasil.
- Processo de imigração entre África e Brasil; religiosidade do povo africano; religiões de matrizes africanas no Brasil.
- O que é raça (genótipo e fenótipo).
- Linguagem (grupos linguísticos).
- Arte – a participação que gera a diversidade; a mídia e o cidadão negro; a educação como agente de transformação social.
- A construção do currículo em uma perspectiva de diversidade; movimento negro na mídia.

Público-alvo: profissionais da educação da Regional do Núcleo Bandeirante.

Carga horária: 60 horas.

2. Curso: A cor da Cultura: Trabalhando a Afro-brasilidade no Currículo

Objetivo: identificar como se produz o racismo e o preconceito racial na sociedade brasileira e suas nuances no contexto do trabalho pedagógico e estabelecer estratégias de intervenção, com vistas à promoção de uma educação antirracista.

Conteúdos:

- Origens do fenótipo negro: socialização e cultura.
- Tipos de preconceito e mito da democracia racial.
- Legislação: leis abolicionistas, LDB, Lei nº 10.639/2003, ECA.
- O negro no currículo e no material didático.
- Religiões de matriz africana.
- Cultura africana e afro-brasileira.
- Quilombos: espaço de resistência negra.

Público-alvo: profissionais da educação pública, carreira magistério e assistência, da SEEDF.

Carga-horária: 60 horas.

⁹ No ano de 2011, o curso também foi ofertado, mantendo-se os mesmos objetivos, conteúdos e carga horária.

3. Curso: Educação para a Igualdade Étnico-Racial no DF

Objetivo: oferecer aos profissionais da rede pública de educação básica conhecimentos acerca da promoção, do respeito e da valorização da diversidade étnico-racial e cultural, colaborando com a implementação das mudanças estabelecidas na Lei Diretrizes e Bases da Educação pelas Leis nº 10.639/2003 e nº 11.645/2008.

Conteúdos:

- Leis que marcam a luta de uma Educação para a igualdade racial.
- Importância da civilização africana.
- A presença indígena na formação do Brasil.
- Memória, patrimônio e identidade.
- Cultura africana no Brasil.
- O patrimônio imaterial e a cultura afro-brasileira e indígena.
- Línguas indígenas e africanas no Brasil: exclusão e preconceito.
- Heranças culturais indígenas e africanas nas artes, na estética brasileira, na culinária e na religiosidade.
- Currículo escolar e relações étnico-raciais.
- Propostas para uma educação antirracista no Distrito Federal.
- Oficinas: estética, corpo e moda como marcas identitárias.
- Séculos indígenas no Brasil: ação educativa.
- A influência indígena e africana no português do Brasil.
- Culinária e danças afro-brasileiras e indígenas

Público-alvo: profissionais da Educação, carreira magistério efetivo e contrato temporário e carreira assistência da SEEDF.

Carga-horária: 60 horas.

4. Educação e diversidade: como lidar com as relações etnicorraciais na escola?

Objetivo: ofertar formação continuada, com vista ao combate à homofobia, ao sexismo e à discriminação etnicorraciais e a promoção da igualdade de direitos e ao acesso, a inclusão e a permanência na escola.

Público-alvo: profissionais da educação pública do DF (professores, orientadores, carreira assistência, coordenadores, diretores, vice-diretores e supervisores).

<p>Conteúdos:</p> <ul style="list-style-type: none"> • Conceitos: diversidade, gênero e sexualidade- sexo, orientação sexual e identidade de gênero. • Sexualidade e gênero no currículo e nos materiais didáticos. • A construção das diferenças na escola. • Legislação: desafios e possibilidades. • Diversidade sexual e de gênero. • Sexismo, homofobia e lesbofobia. • Diversidade étnica: identidade individual e coletiva. • Origens do fenótipo negro. • Ideologias do Estado nacional: eugenia e mito da democracia racial. • Legislação: leis abolicionistas. • Lei nº 10.639/2003: desafios e possibilidades. - História e cultura afro-brasileira e africana. - A resistência negras: quilombos. - Análise crítica da representação do negro na sociedade, na mídia, no currículo e no material didático. - Religiões de matriz africana/ ancestralidade e culinária. - Capoeira: de proibida a patrimônio histórico e cultural: sons e ritmos afro-brasileiros.
<p>Carga horária: 120 horas.</p>

<p>Ano: 2012</p>
<p>1. A inclusão do outro através do olhar diferenciado e as várias formas de diversidades humanas</p>
<p>Objetivo: sensibilizar profissionais da educação e profissionais terceirizados sobre a relação com o outro na perspectiva do acolhimento, do reconhecimento das diferenças e dos direitos e deveres.</p>
<p>Conteúdo:</p> <ul style="list-style-type: none"> • Aspectos introdutórios: Partindo de alguns conceitos: pessoa, educação, política pública, “deficiências”, diferenças, diversidade e inclusão. • Legislação: <ul style="list-style-type: none"> - Ênfase: Lei nº 10.098, de 2000: Lei de Acessibilidade, assim como a CF/88. - Diretrizes Nacionais para a Educação especial na Educação Básica. - Declaração de Salamanca: princípios, políticas e prática em educação especial. - Programa Nacional de Direitos Humanos (PNDH3). - Importância da escola como núcleo de mudança da sociedade com foco na inclusão. - A organização do espaço escolar – aspectos administrativos e pedagógicos. - A ação dos profissionais da educação no processo emancipatório.
<p>Público-alvo: profissionais da educação da rede pública de ensino do Distrito Federal – carreira assistência e carreira magistério.</p>
<p>Carga horária: 60 horas.</p>
<p>2. Convivência, Diversidade e Inclusão Educacional</p>
<p>Objetivo: ofertar formação continuada com vista ao combate à homofobia, ao autoritarismo, à centralização de poder, ao sexismo e à discriminação étnico-racial, promovendo a igualdade de direitos, o acesso, a inclusão e a permanência na escola.</p>
<p>Conteúdos:</p>

<ul style="list-style-type: none"> • Convivência escolar na perspectiva de direitos humanos. • Violência, conflito e paz no espaço escolar. • Diversidade na escola. • Identidade e alteridade: preconceito e discriminação. • Relativismo cultural: reconhecimento e valorização da diversidade. • Racismo e sua interface com o <i>bullying</i>. • Relação de gênero e orientação sexual e suas interfaces com o <i>bullying</i>. • Sustentabilidade humana e convivência escolar saudável. • Plano de convivência escolar da SEEDF.
Público-alvo: profissionais da educação da rede pública do DF (professores, orientadores, carreira assistência, diretores, vice-diretores e supervisores).
Carga horária: 40 horas.
3. Educação e Diversidade: Como Lidar com as Relações Etnicorraciais na Escola?
Objetivo: promover reflexos e debates sobre as características que o racismo assumiu no Brasil, bem como as possibilidades de enfrentá-lo.
Conteúdo: <ul style="list-style-type: none"> • Ideologias do Estado nacional: eugenia e mito da democracia racial. • Valores civilizatórios. • Estudos do artigo 26 A da LDBN, Lei nº 10.639/2003 e das orientações pedagógicas. • Identidade Individual e coletiva/ origens do fenótipo negro. • Quilombos: espaços de resistência. • Legislação: desafios e possibilidades. • História e cultura afro-brasileira e africana: África o berço da humanidade. • Religiões de matriz africana. • Os negros no currículo e no material didático. • Leis abolicionistas. • Estratégias de intervenção pedagógica em sala de aula.
Público-alvo: profissionais da educação da rede pública do DF (professores, orientadores, carreira assistências, monitores, coordenadores, diretores, vice-diretores e supervisores), incluindo professores contratados temporariamente.
Carga horária: 60 horas.
4. Educação em Direitos Humanos: Reconhecendo a Diversidade e Promovendo a Inclusão Educacional
Objetivo: promover a educação básica da equipe responsável pelas áreas de Educação em direitos humanos e de diversidade da SEEDF, visando à elaboração de um plano de ação coletiva alinhado com as diretrizes nacionais de educação da área, a ser executado nas CREs do Distrito Federal.
Conteúdos: <ul style="list-style-type: none"> • Organização do estado brasileiro para a promoção dos Direitos Humanos e da EDH no Estado brasileiro; instrumentos democráticos de promoção dos direitos humanos no Brasil; o Estatuto da Criança e do Adolescente; a Política Nacional de Promoção dos Direitos Humanos de Crianças e Adolescentes, de Mulheres, de LGBTs, de étnico-raciais, planos distritais de promoção de direitos humanos de crianças e adolescentes, de idosos, da população em situação de rua; o Plano Nacional de Educação em Direitos Humanos; a cultura de direitos humanos; convivência escolar e a inclusão educacional; sustentabilidade humana • A diversidade e a cultura de direitos humanos; educação patrimonial; as violências escolares e a exclusão educacional; educação para as relações étnico-raciais; educação para relações de gênero; educação para sexualidade; educação ambiental; educação do campo. • Planejamento das ações inter-regionalizadas; estratégias de ação na perspectiva de promoção da educação em direitos humanos; o aprendizado em rede: socialização de experiências exitosas.

Público-alvo: coordenadores intermediários de educação em direitos humanos e em diversidade e servidores das coordenações de Educação em Direitos Humanos e em Diversidade (SUBEB)
Carga horária: 120 horas.
5. Curso: A capoeira da escola
Parceria: coordenação de Educação Física e Desporto escolar – Gerência de Educação Física e Desporto Escolar – CEFDESC/ GEEFES
Objetivo: oferecer subsídios relacionados a práxis da capoeira na escola, a fim de instrumentalizar os professores para uma iniciação dessa modalidade em suas atividades docentes.
Conteúdo: <ul style="list-style-type: none"> · Implicações pedagógicas no processo de ensino e de aprendizagem da capoeira. · Histórico da capoeira e seus fundamentos legais. · Metodologias críticas de ensino-aprendizagem em capoeira. · A capoeira de forma interdisciplinar no currículo escolar e no projeto político pedagógico. · As diferentes posturas dos docentes em sala de aula em relação à aplicação da Lei nº 10639/03 em diferentes momentos no decorrer do ano letivo: <ul style="list-style-type: none"> - Aspectos socioculturais da capoeira (história da capoeira; corporeidade e capoeira; capoeira e elementos da cultura afro-brasileira) - Aspectos fisiológicos da capoeira (desenvolvimento de valências físicas; capoeira adaptada ao ensino especial, psicomotricidade aplicada à capoeira). - Aspectos pedagógicos da capoeira (prática pedagógica da capoeira, musicalidade e ludicidade na capoeira).
Público-alvo: prioritariamente professores de Educação Física da SEDF, podendo abranger outras licenciaturas, dependendo do número de vagas remanescentes.
Carga horária: 60 horas.

Ano: 2013
Curso: Currículo em Movimento: Reorganização do Trabalho Pedagógico nos Ciclos e na Semestralidade
Objetivos:
1. Educação infantil: proporcionar a formação em serviço de profissionais da educação no que concerne ao estudo e à avaliação do Currículo em Movimento – Primeiro Ciclo: Educação Infantil – proposto pela SEEDF, com vista à sua validação no ano corrente e implementação em 2014.
2. Anos iniciais – ensino fundamental: possibilitar a compreensão da proposta de educação em ciclos de aprendizagem e a reorganização do trabalho pedagógico capaz de favorecer as aprendizagens, tendo em vista o processo de consolidação do Currículo em Movimento e a execução do Projeto Político-Pedagógico da SEDF.
3. Anos finais – ensino fundamental: construir um espaço dialógico que favoreça a constituição e formação do professor atuante nos anos finais, em uma perspectiva crítica, colaborativa e reflexiva, a partir dos pressupostos do Currículo em Movimento para Construção de uma Proposta Metodológica para o 3º Ciclo de Aprendizagem a ser implantado na rede pública do DF.
4. Ensino médio: possibilitar a compreensão da proposta de educação em blocos semestrais e a reorganização do trabalho pedagógico capaz de favorecer as aprendizagens, tendo em vista o processo de consolidação do Currículo em Movimento e a execução do Projeto Político Pedagógico da SEEDF.

Público-alvo:
1. Educação infantil: profissionais que atuam nas instituições da rede pública de ensino que ofertam educação infantil.
2. Anos iniciais – ensino fundamental: coordenadores intermediários, locais, professores e demais profissionais da educação que atuam nas instituições de ensino da rede pública de ensino que ofertam ensino fundamental – anos finais (1º ao 5º ano).
3. Anos finais – ensino fundamental: coordenadores intermediários, locais e professores que atuam nas instituições da rede pública de ensino que ofertam ensino fundamental – anos finais (6º ao 9º ano).
4. Ensino médio: coordenadores intermediários locais, professores e demais profissionais da educação que atuam nas instituições de ensino da rede pública de ensino que ofertam ensino médio diurno.
Conteúdos:
<p>1. Educação infantil:</p> <ul style="list-style-type: none"> • Objetivos da educação infantil. • Panorama da educação infantil no Distrito Federal. • Quem são as crianças e as infâncias que (com)vivem na educação infantil. • Bebês e crianças pequenas – o que precisamos considerar. • Os princípios que orientam o trabalho na educação infantil. • Eixo integrador das orientações curriculares da educação infantil. • Educar, cuidar e interagir: por uma educação cuidadosa. • Organização do trabalho pedagógico – tempo, ambientes, materiais • Recomendações sobre as práticas sociais. • Brincar é coisa séria. • Instituição educacional e família – experiências compartilhadas. • Transições na educação infantil – passagens positivas. • Gestão da instituição – entre sonhos e necessidades. • Avaliar – processo sensível, sistemático e cuidadoso. • Educação infantil – 1º Ciclo de Aprendizagens. • Identidade na educação infantil. • O mundo infantil imerso em linguagens. • Organização curricular e linguagens na educação infantil. • Livro 1 – Currículo em Movimento – educação básica Distrito Federal. Livro 2 – Currículo em Movimento – educação integral. • Livro 6 – Currículo em Movimento – educação inclusiva. • Livro 9 – Currículo em Movimento – convivência escola.
<p>2. Anos Iniciais – EF:</p> <p>Estruturação dos ciclos de aprendizagem</p> <ul style="list-style-type: none"> • Histórico e concepção. <p>Avaliação formativa: fundamentos e perspectivas na organização escolar em ciclos.</p> <ul style="list-style-type: none"> • Princípios básicos da avaliação formativa: diagnóstico, critérios e intervenção. • Procedimentos e instrumentos de avaliação, registro/acompanhamento das aprendizagens dos estudantes. • Finalidades e usos da avaliação institucional e externa. <p>Reorganização do trabalho pedagógico: foco na aprendizagem</p> <p>O papel das coordenações pedagógicas como espaços/tempos de formação continuada.</p> <ul style="list-style-type: none"> • Planejamento e rotina: <ul style="list-style-type: none"> ✓ Currículo, eixos estruturantes (cidadania, aprendizagem, diversidade, educação em gênero e sexualidade, educação das relações étnico-raciais,

<p>educação do campo, sustentabilidade humana e direitos humanos) e letramentos.</p> <ul style="list-style-type: none"> · Intervenção pedagógica: <ul style="list-style-type: none"> ✓ Reagrupamentos (intraclasse / interclasse). ✓ Projeto Interventivo.
<p>3. Anos finais – EF:</p> <ul style="list-style-type: none"> · Coordenação pedagógica: espaço de aprendizagem coletiva e de práticas criativas e inovadoras e registro das atividades pedagógicas. · Projeto Político Pedagógico (PPP). · Organização escolar em ciclos de aprendizagem: tempo e espaço de aprendizagem · Currículo multicultural · Pressupostos epistemológicos e eixos estruturantes do Currículo em Movimento (Cidadania, Sustentabilidade Humana, Aprendizagens e Diversidade). · Eixos integradores: cidadania, letramento e interdisciplinaridade. · Avaliação formativa, processual e diagnóstica e intervenção. · Reorganização de tempos e espaços escolares nos anos finais (transposição didática; planejamento e rotina; reagrupamentos; projetos Interventivos). · Correção da distorção idade/série.
<p>4. Ensino médio:</p> <ul style="list-style-type: none"> · Estruturação do ensino médio em blocos semestrais. · Semestralidade e currículo em movimento. · Avaliações: das formativas às de larga escala – como garantir os direitos de aprendizagens por meio da OTP. · Bases teóricas da Currículo em Movimento e eixos estruturantes. · Multiletramentos e interdisciplinaridade. · Reorganização do trabalho pedagógico – novos espaços e tempos de aprendizagem (coordenações pedagógicas e conselho de classe – permanente). · Planejamento – como garantir os direitos de aprendizagens por meio da OTP. · Estratégias de intervenção e rede de experiência.
<p>Carga horária:</p>
<ul style="list-style-type: none"> · Educação infantil: 70 horas. · Anos iniciais e finais, ensino médio diurno: 120 horas. · Ensino médio noturno: 80 horas.

3 PROCEDIMENTOS DE COLETA E DE ANÁLISE DE DADOS

As propostas de curso foram selecionadas a partir nome do curso, buscando nesse indícios a presença da temática nas ações de formação continuada da Eape. Tanto nos cursos de temáticas amplas gerais quanto nos de temáticas específicas, foram considerados os critérios da abordagem direta das questões étnico-raciais, seguindo as legislações e diretrizes relacionadas. Alguns desses cursos com temáticas mais amplas poderiam ou deveriam ter abordado as questões etnicorraciais, mas não o fizeram. Estes referiam-se em seus títulos à diversidade, à inclusão, à cultura, ao currículo, à história e à identidade.

Após levantamento do total de cursos oferecidos pela Eape nesse período e do número de concluintes, iniciou-se a análise das propostas de curso, destacando: nome do curso, objetivo, conteúdos, público-alvo, carga horária. Pelo caráter do trabalho e tempo disponibilizado, as estratégias metodológicas, a despeito de sua importância, não puderam ser consideradas. Do mesmo modo, o público-alvo identificado não pode ser explorado.

Após essa análise, buscou-se o levantamento do quantitativo de cursistas concluintes em cada uma dessas formações, com o objetivo de sinalizar o impacto desses cursos como importantes instrumentos de uma política pública que visa, por meio da formação continuada dos profissionais da educação, oferecer uma educação de qualidade e democrática a todos(as).

3.1 Resultados e discussão

Nessa investigação, buscou-se analisar em que medida a SEEDF, por meio da EAPE, proporcionou aos educadores da rede pública de ensino do DF cursos e ações que promovessem o debate e a reflexão acerca das questões etnicorraciais, identificando:

- Quais/quantos cursos foram oferecidos na última década.
- Quais as demandas de formação nesta área.

- Como essa política pública de formação continuada local se relaciona com as diretrizes nacionais de formação continuada para os professores da educação básica.
- Que avanços e retrocessos são percebidos nessa política.
- Quais ações foram mais significativas.
- Quais atenderam ao maior número de educadores.

Nos últimos 10 anos, a Educação para as relações etnicorraciais foi incorporada em diretrizes curriculares e em legislações específicas, entre elas a Lei nº 10.639/2003. A nível local, a Resolução nº 1/2012 do CEDF referenda essa lei e o Currículo em Movimento da Educação Básica, validado em Conferência Distrital em 2013 (GDF, 2013, p.18), as *Diretrizes Curriculares Nacionais da Educação Básica*.

Compreendendo que a escola é "o lugar de encontro de pessoas, origens, crenças, valores diferentes que geram conflitos e oportunidades de criação de identidades" (GDF, 2013, p. 36), a SEEDF contempla, em seu currículo, narrativas historicamente negligenciadas, ao eleger como eixos transversais: *Educação para a Diversidade, Cidadania, Educação em e para os Direitos Humanos e Educação para a Sustentabilidade*. Diversidade, neste documento, é entendida na perspectiva da variedade humana, social, física e ambiental presente na sociedade.

Etimologicamente, o termo diversidade significa, diferença, dessemelhança, desigualdade. A diversidade está relacionada, a um só tempo, à diferença de padrões, saberes e culturas hierarquizadas e à desigualdade econômica. Esse atributo nos leva a alguns grupos excluídos que, historicamente, têm vivenciado a desigualdade em virtude de suas diferenças dos padrões estabelecidos: mulheres, pessoas com deficiências, negros, povos indígenas, população LGBT, quilombolas, pessoas do campo e pobres, entre outros (GDF, 2013, p. 40).

Nesse sentido, percebe-se um movimento, nos níveis nacional e local, de se incluírem os temas, os sujeitos e as narrativas da *diversidade* nas normas e diretrizes do sistema de ensino. A partir da análise dos cursos oferecidos pela Eape, tendo por marco o ano de 2003, quando se instituiu a obrigatoriedade do ensino da História e Cultura Afro-Brasileira e Africana, foi possível chegar a algumas constatações.

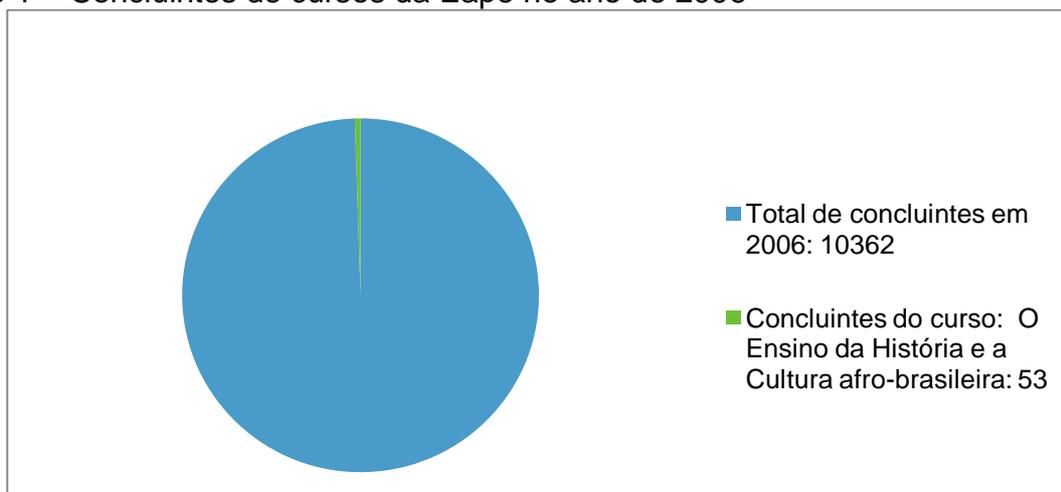
Nos três primeiros anos (2003, 2004, 2005) do período analisado, no total de 196 cursos ofertados e 24.813 concluintes, nenhum curso, a partir dos títulos,

contemplou a temática. Os cursos que poderiam ter abordado a temática discutiram as questões da diversidade e da inclusão sob a ótica da educação especial. Em 2003, o curso: *Educação para Todos: atendendo à Diversidade* e em 2003 e 2004, o curso: *Programa de Educação Inclusiva: Direito à Diversidade*. Esta última formação poderia ter contribuído muito com a ampliação da temática se nela estivessem inseridas as questões etnicorraciais, atingindo assim 2.865 educadores, total de concluintes conforme dados da tabela 2.

Em 2004, outro curso destacado no levantamento realizado – *Currículo em Movimento – Currículo e avaliação: um espaço de discussão* – não contemplou a temática, privilegiando o debate sobre a avaliação no contexto escolar.

Em 2006, no total de 91 cursos realizados certificados pela Eape, apenas um merece destaque: *O Ensino da História e a Cultura Afro-Brasileira*. Este curso habilitou 53 educadores, em uma formação de 60 horas, que discutiu temas a inserção da História propostas curriculares da época, bem como aspectos introdutórios da História da África. Após três anos da Lei nº 10.639/2003, esse é o primeiro curso a contribuir com sua implementação nas escolas públicas do DF, de acordo com os registros da Eape, privilegiando a discussão sobre as identidades étnicas e culturais, a relação entre cultura popular e a resistência negra e aspectos da religiosidade afro-brasileira. Em seu conteúdo, consta também a análise da cultura afro-brasileira nos livros didáticos e paradidáticos. Apesar da importância da formação, que atendia aos propósitos das Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação das Relações Etnicorraciais, a formação atendeu apenas 0,5% do total de educadores que participaram da formação continuada oferecida pela Eape naquele ano.

Gráfico 1 – Concluintes de cursos da Eape no ano de 2006



Fonte: elaboração da autora.

Nos cursos *Programa de Educação Inclusiva: Direito à Diversidade*, ofertados por quatro anos consecutivos (2004, 2005, 2006 e 2007), o foco, apesar da palavra Inclusão ser utilizada de modo genérico, foi a *educação especial* e a “preparação” das escolas e dos profissionais para atenderem às necessidades educacionais especiais dos alunos com deficiência. Nos projetos dos cursos, os objetivos e conteúdos sofrem poucas alterações, tendo por referência comum o programa federal do Ministério da Educação: Programa de Educação Inclusiva Direito à Diversidade (MEC, 2005).

O documento orientador deste programa, *Educação Inclusiva: Direito à diversidade*, do Ministério da Educação, teve como alvo a organização do atendimento educacional especializado para atender às pessoas com necessidade educacionais especiais. O objetivo principal do programa, desde 2003, foi formar gestores e educadores para tornar inclusivos os sistemas educacionais, tendo por princípio a garantia do direito dos alunos com necessidades educacionais especiais de acesso e permanência, com qualidade, nas escolas regulares (MEC, 2005, p. 9). O MEC, ao propor parceria da formação dos dirigentes escolares das secretarias estaduais de educação, disponibilizou materiais, buscando o fortalecimento da política de educação inclusiva. A concepção de inclusão adotada neste programa focalizou o acesso e permanência dos estudantes com necessidade educacionais especiais, demanda de um contexto em que esses estudantes começaram a ser matriculados e atendidos no ensino regular. A Eape, por meio desse programa,

ofereceu formação continuada a 5.585 educadores, conforme dados da tabela 2, revelando a importância das parcerias nas ações de formação continuada.

Em 2007, a Eape pouca avança na oferta de cursos voltados para a Educação das relações étnicorraciais, apresentando apenas duas ações formativas, do total dos 54 cursos ofertados no período. O seminário *História e Cultura Afro-brasileira – Lei nº10.639/2003*, que atendeu 30 cursistas, e o curso *Nexos e Reflexos da África e da Afro-brasilidade presente nas Escolas do Distrito Federal*, que habilitou 24 educadores. O primeiro, com carga horária de apenas 4 horas, objetivou refletir sobre a responsabilidade histórica e social de todos os educadores, discentes na implantação e implementação da Lei nº 10.639/2003, propondo ações que permitissem viabilizá-la.

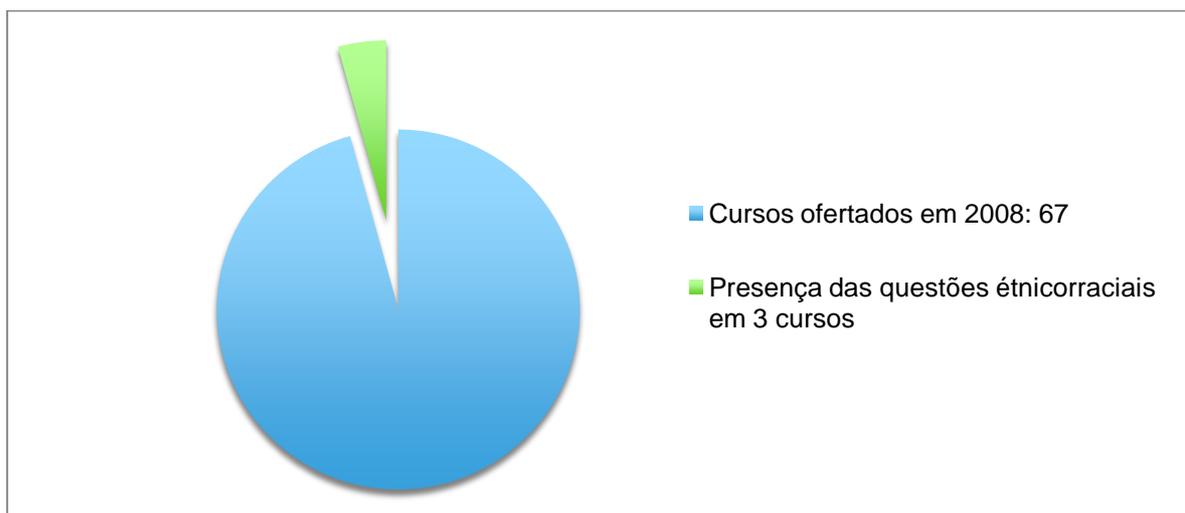
As ações da Eape, após quatro anos da lei discutida no seminário realizado em 2007, ainda são incipientes para atenderem aos propósitos dela e promoverem mudanças nos currículos e nas práticas escolares. Elas demonstram uma continuidade na pouca visibilidade da temática nos cursos ofertados, bem como no quantitativo de educadores contemplados com as discussões. A cultura e a história afro-brasileira e da África continuaram sendo discutidas por um número muito pequeno de educadores (54) nessas formações, que atingiram um total 6.609 cursistas nos cursos desenvolvidos em 2007.

O ano seguinte apresentou um avanço maior, no quantitativo de cursos ofertados, continuando, porém, a atender a um percentual muito pequeno de educadores que participaram das formações da Eape em 2008. Embora destacando-se no quantitativo de cursos oferecidos anualmente, pouco privilegiou a temática da Educação para as relações étnicorraciais até então. Ao levar em consideração que atualmente a SEEDF dispõe de 651 unidades escolares, de acordo com o Censo de

2013,¹⁰ e mais de 60 mil profissionais da educação,¹¹ para que suas ações sejam significativas, as propostas devem considerar esse contingente.

Os cursos *A África Está em Nós* (60 h) *Educação não Rima com Segregação: Reflexões sobre a Materialidade da Lei nº 10.639/2003 no Espaço Escolar* (40h) continuaram a promover a reflexão sobre a Lei nº 10.639/2003, enfocando as possibilidades plurais de sua implementação no currículo das escolas públicas do Distrito Federal. Um terceiro curso (*Memória D'África: Heranças Africanas*) também contribuiu para ampliação desse debate e focalizou a presença da cultura africana na cultura brasileira a partir de suas múltiplas influências, na arte, música, dança, religião e alimentação. O gráfico a seguir, ao representar a presença dessas temáticas na política de formação continuada da SEEDF em 2008, sofre uma pequena alteração, se comparado a 2006, ano em que ela começou a constar nos registros da Eape.

Gráfico 2 – Cursos ofertados pela Eape no ano de 2008

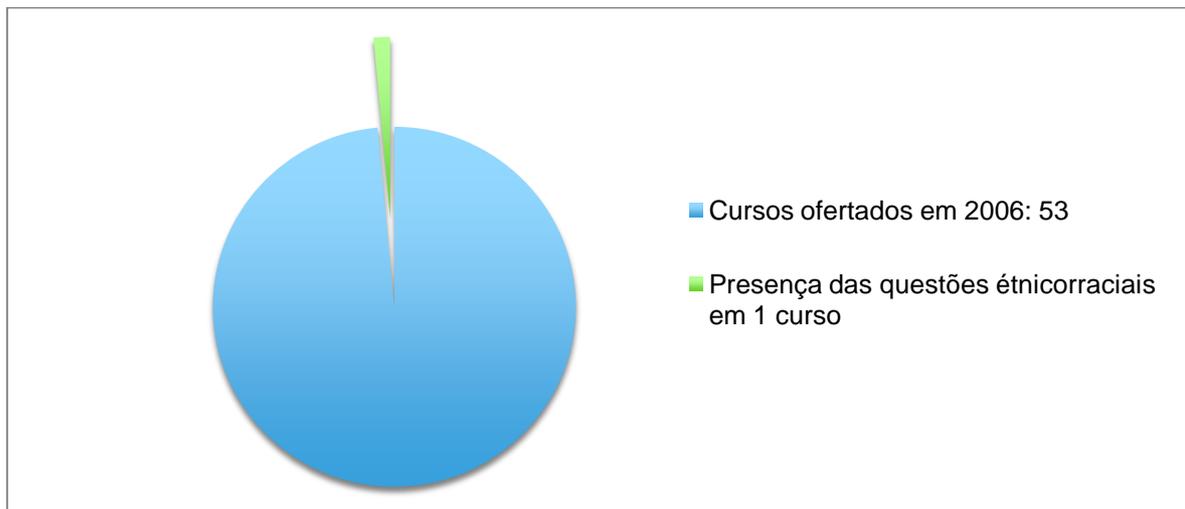


Fonte: elaboração da autora.

¹⁰Censo Escolar 2013. Disponível em: <http://www.cre.se.df.gov.br/ascom/documentos/censo/2013/cadastro_instituicoes_completo_2013_mar14.pdf>. Acesso em: 30 maio 2014.

¹¹ De acordo com dados do SIGRH, em 2012, a situação funcional da SEEDF apresentava 60.293 profissionais da educação, sendo 41.947, professores(as) e especialistas de educação. Total de profissionais da Educação. Disponível em: <<http://www.se.df.gov.br/educacao-df/rede-publica/numeros-da-educacao/272-total-de-profissionais-de-educacao.html>>. Acesso em: 30 maio 2014.

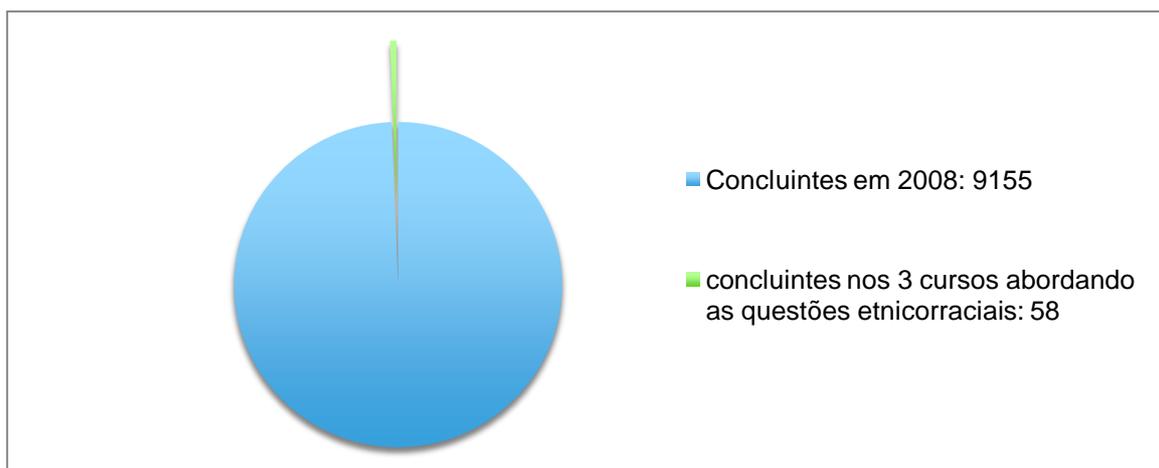
Gráfico 3 – Cursos ofertados pela Eape no ano de 2006



Fonte: elaboração da autora.

Do mesmo modo, o quantitativo de educadores participantes nos três cursos que propiciaram a discussão sobre a educação para as relações étnicorraciais equivale a 0,6% do total de cursistas da Eape, em 2008.

Gráfico 4 – Concluintes de cursos da Eape no ano de 2006



Fonte: elaboração da autora.

O quadro é preocupante, pois pouco contribui para a mudança estrutural propostas pelos dispositivos legais voltados para a afirmação da diversidade cultural e a concretização de uma educação das relações etnicorraciais nas escolas públicas do DF. Essa mudança se não é determinada pela formação continuada, tampouco acontece sem ela.

Em 2009, a política de formação continuada desenvolvida pela Eape apresenta um avanço quantitativo em relação ao número de cursistas participantes dos cursos que incluíram em suas propostas as questões etnicorraciais. Neste ano, foram ofertados três cursos, dois deles discutindo especificamente a temática: *Construindo a Educação das Relações Etnicorraciais no DF* (60 h) e *Os Caminhos Pedagógicos para a aplicação das Leis nº 10.639/03 e nº 11.645/08* (60 h). Estes dois cursos diferenciam-se dos ofertados nos anos anteriores por incorporar, um ano após sua instituição, a discussão sobre a diversidade dos povos indígenas no Brasil. História e cultura indígena são articulados aos conhecimentos sobre a África e cultura afro-brasileira, criando possibilidades de inseri-las no currículo praticado nas escolas do DF. Os dois, juntos, atenderam 82 educadores.

No mesmo ano, o curso *A aula de História e o(s) fim(ns) da História: algumas reflexões teóricas e metodológicas* (60 h) atém-se à discussão sobre o papel da história e as estratégias metodológicas, articulando teoria e prática. Apesar de ser um curso exclusivamente para professores de História da educação básica, as legislações citadas não são contempladas em seu conteúdo programático.

Vale destacar também, nesse período, o curso *Juventude, Diversidade e Convivência Escolar*, que buscou desenvolver uma reflexão sobre a participação social e as violências nas escolas, buscando assegurar a proteção e os direitos dos jovens e adolescentes. O curso, de 140 horas, teve 381 concluintes e articulou no conteúdo trabalhado temas como: relações pedagógicas, violência e discriminação na escola, gênero e sexualidade, convivência escolar e mediação de conflitos. Apesar de não haver referência direta à Lei nº 10.639/2003 e às questões etnicorraciais por ela implicadas, não há dúvidas que a organização dos conteúdos contribui para reeducação das relações envolvendo essas questões. A reflexão sobre violências e conflitos perpassam questões como preconceito, discriminação e

racismo. Exige, igualmente, o reconhecimento da diversidade cultural e a necessária convivência democrática e respeitosa entre os diversos grupos e culturas.

Esse cenário permite afirmar que o ano de 2009 deve ser apontado como um marco importante na política de formação continuada dos profissionais da Educação do DF, no que diz respeito à educação para as relações etnicorraciais e a implementação das Leis nº 10.639/2003 e nº 11.645/2008. Além das ações desenvolvidas pela Eape, atingindo um número significativamente maior de educadores, comparado aos anos anteriores, a Universidade de Brasília (UnB) começa a oferecer, a partir deste ano, o curso *Gênero e Diversidade na Escola*, em parceria com o MEC. Com carga horária de 200 horas, ofertado na modalidade a distância, esse curso contribui com a demanda de formação dos professores da rede pública de ensino do DF (WELLER; PAZ, 2011). Este conjunto de ações

viabiliza avanços na efetivação de direitos sociais educacionais e implica o reconhecimento da necessidade de superação de imaginários, representações sociais, discursos e práticas racistas na educação escolar. Representa também um passo a mais na superação do racismo e de seus efeitos nefastos, seja na política educacional mais ampla, seja na organização e no funcionamento da educação escolar, seja nos currículos da formação inicial e continuada de professores(as), seja nas práticas pedagógicas e nas relações sociais na escola (GOMES, 2012, p. 8).

No ano de 2010, apesar do aumento no número de cursos voltados à temática, o número de cursistas contemplados foi bem inferior a 2009. Apenas 123 destes participaram dessa formação, o que equivale a 1,5% do total de cursistas da Eape. Contrasta com o ano de 2009 que a mesma equivalência foi de 4,2%. Apesar disso, a Eape desenvolveu quatro importantes formações.

O curso *A Construção de diálogos pedagógicos nas escolas do Distrito Federal* teve por objetivo criar um espaço de estudo, reflexão e debate a partir da interação com materiais teóricos e didáticos que possibilitem aos educadores estabelecerem, em suas unidades escolares, a construção coletiva de uma educação para as diversidades. Os conteúdos contemplaram uma gama de temáticas, como diversidade, identidade, cidadania, relações raciais, cultura indígena, povos africanos, povos ciganos, discriminação e exclusão, questões de gênero e tantos outros. Com carga horária de 80 horas, o curso procurou incluir várias narrativas e sujeitos historicamente excluídos e discriminados na sociedade e na escola, desvelando as

implicações dessa exclusão no processo escolar. A despeito das importantes discussões possibilitadas, o curso habilitou apenas 31 educadores.

O curso *20 de Novembro: Consciência pedagógica por uma educação antirracista no Distrito Federal* (50 h) trouxe para a pauta da formação as Leis nº 10.639/2003 e nº 11.645/2008, revelando uma tendência na articulação das temáticas. A reflexão sobre o significado histórico da data comemorativa objetiva a construção coletiva de uma educação para a diversidade.

Merece destaque também o curso *Diante da Experiência do Outro: representações de grupos marginalizados na literatura brasileira contemporânea* (40 h). Ainda que não tenha explicitado em seus objetivos e conteúdos a pretensão de realizar a reflexão sobre as relações etnicorraciais, esse curso foi considerado, nesta pesquisa, como uma formação em potencial para desconstrução de representações sociais que desqualificam determinados grupos e sujeitos. As pesquisas socializadas abordaram as representações de diversos sujeitos marginalizados e excluídos na sociedade e na escola, tais como trabalhadoras, negras, presidiárias, ciganos, loucas – todos foram analisadas. Velhice feminina, gênero e sexualidades, identidade, preconceito e estigma foram alguns dos temas contemplados na análise das representações na literatura brasileira, vislumbrando a desconstrução de estereótipos também presentes nas relações etnicorraciais constituídas no espaço escolar e na sociedade.

A década analisada, 2011, destaca-se tanto em aspectos quantitativos quanto qualitativos. Ofereceu quatro formações importantes para atender 354 educadores. Nesse conjunto, três cursos específicos, abordando conhecimentos acerca da promoção, do respeito e da valorização da diversidade etnicorracial e cultural, colaborando com a implementação das mudanças estabelecidas na Lei Diretrizes e Bases da Educação pelas Leis nº 10.639/03 e nº 11.645/08. A *Construção da Identidade Nacional: a Cultura Africana e Afro-brasileira* (60 h), *Educação e Diversidade: como Lidar com as Relações Etnicorraciais, de Gênero e de Sexualidade?* (120 h) e *Educação para a Igualdade Etnicorracial no DF* (60 h) atenderam 24, 85 e 44 educadores respectivamente.

Estas são consideradas importantes formações, pois promovem não apenas a difusão de conhecimentos acerca das histórias e culturas africanas, afro-brasileiras e

indígenas, mas visam à positivação das diferentes identidades, bem como o reconhecimento da pluralidade constitutiva da identidade nacional. Ao propor a articulação das questões da sexualidade, de gênero e etnicorraciais, o curso – *Educação e Diversidade: como Lidar com as Relações Etnicorraciais, de Gênero e de Sexualidade?* – fomenta importantes reflexões sobre as relações no contexto escolar, os conflitos e as violências gerados, as invisibilidades, a análise do material didático, do currículo escolar e das estratégias necessárias à construção de uma educação inclusiva e de qualidade.

Neste ano, a Eape, em parceria com o MEC, realizou o **curso *A cor da Cultura: Trabalhando a Afro-Brasilidade no Currículo*** (60h), atendendo 201 educadores.

A Cor da Cultura é um projeto educativo de valorização da cultura afro-brasileira, fruto de uma parceria entre o Canal Futura, a Petrobras, o Cidan - Centro de Informação e Documentação do Artista Negro, o MEC, a Fundação Palmares, a TV Globo e a Seppir – Secretaria de políticas de promoção da igualdade racial. O projeto teve seu início em 2004 e, desde então, tem realizado produtos audiovisuais, ações culturais e coletivas que visam práticas positivas, valorizando a história deste segmento sob um ponto de vista afirmativo (disponível em: <<http://www.acordacultura.org.br/oprojeto>>. Acesso em: 30 maio 2014, grifo do autor).

O curso teve por objetivo identificar como se produz o racismo e o preconceito racial na sociedade brasileira e suas nuances no contexto do trabalho pedagógico e estabelecer estratégias de intervenção, com vista à promoção de uma educação antirracista. Além de atender a um número significativo de educadores, instrumentalizaram-se educadores das escolas públicas do DF com o *kit a Cor da Cultura* – composto de seis publicações impressas, um CD de música, além de DVDs com livros animados e um jogo pedagógico (MEC, 2005).¹² De acordo com informações da própria Eape, o material foi entregue apenas em 2013 para os cursistas concluintes, devido ao atraso no envio.

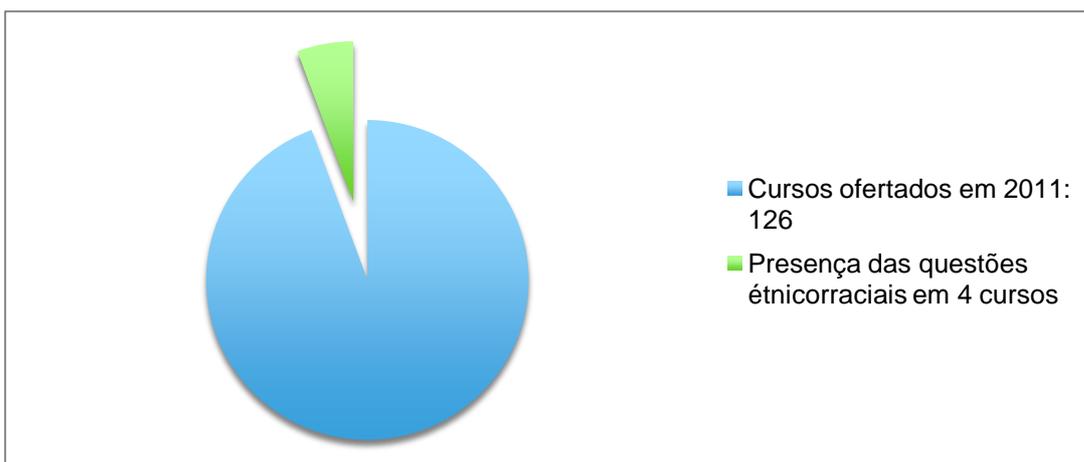
¹² Disponível em: <<http://www.acordacultura.org.br/sites/default/files/Marco%20Conceitual.pdf>>. Acesso em: 30 maio 2014.

A experiência revela o quanto as parceiras são fundamentais na constituição de políticas públicas. A eficácia dessas políticas se relaciona com

a ampliação do leque de atores envolvidos na formulação, na implementação e no controle das políticas públicas e para o estabelecimento de parcerias – entre Estado e sociedade e entre organizações do próprio Estado – para a provisão de serviços públicos e para a formulação e implementação de políticas (FARAH, 2001 p. 121).

A Secretaria de Educação, ao aderir às propostas de formação continuada do MEC, pôde atingir um número maior de educadores e obter inclusive recursos pedagógicos, fazendo repercutir na organização dos trabalho pedagógico o impacto dessas formações. O exemplo do projeto a Cor da Cultura é significativo, fazendo com que o ano de 2011 seja considerado o ápice desse processo.

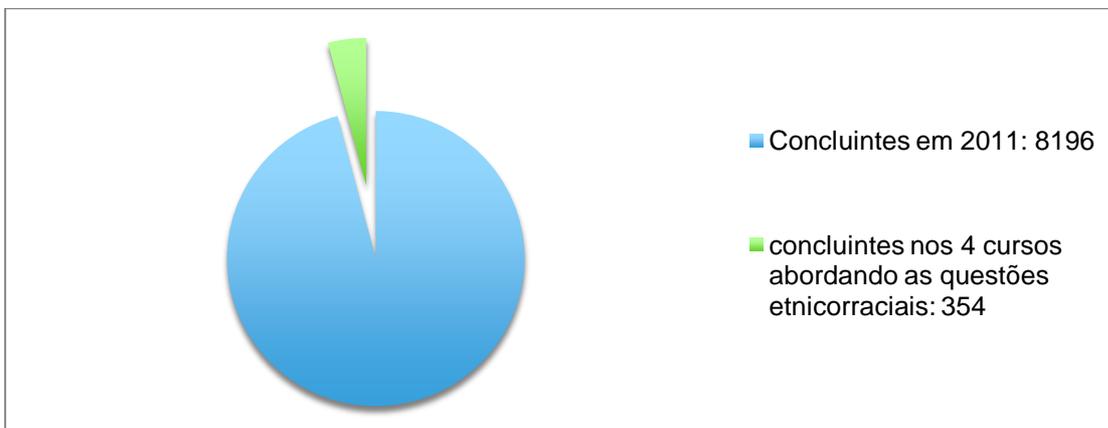
Gráfico 5 – Cursos ofertados pela Eape no ano de 2011



Fonte: elaboração da autora.

Observa-se que a temática começa a sair da invisibilidade e ganha força e relevância na política de formação continuada da SEEDF. Neste ano, 4,3% dos cursistas habilitados em cursos da Eape discutiram sobre as questões étnicorraciais diante de sua formação.

Gráfico 6 – Concluintes de cursos da Eape no ano de 2011



Fonte: elaboração da autora.

Dando sequência à análise dos dados, observa-se que 2012 foi um ano menos significativo, apresentando quatro cursos que inseriram a temática em suas propostas de formação. Juntos, atenderam 105 educadores(as), apenas 1/3 se comparado ao ano anterior.

Os cursos *Convivência, Diversidade e Inclusão Educacional* (40 h) inseriu em seu conteúdo programático temas como: convivência escolar na perspectiva de Direitos Humanos; identidade e alteridade; preconceito e discriminação, relativismo cultural: reconhecimento e valorização da diversidade; sustentabilidade humana e convivência escolar saudável. A não referência direta às questões etnicorraciais e legislações específicas não impedem que essa formação seja considerada uma ação que, a partir dos conteúdos trabalhados, pudesse contribuir na ampliação do debate sobre os "problemas" que envolvem essa questão. Ao contrário, o tratamento articulado das temáticas da diversidade, conforme delineamento de algumas propostas já analisadas, permite discorrer sobre a *interseccionalidade* nessas formações. No âmbito das políticas públicas, essa dinâmica afirma a existência de diferentes fatores discriminatórios (raça, etnia, gênero, classe, orientação sexual), implicando em situações de desigualdades (SANTOS; BOTELHO, 2013)

Na mesma perspectiva, foi desenvolvido o curso *Educação em Direitos Humanos: Reconhecendo a Diversidade e Promovendo a Inclusão Educacional* (120

h), discutindo, além de outros temas, a diversidade e a cultura de direitos humanos; educação patrimonial; as violências escolares e a exclusão educacional; a educação para as relações etnicorraciais; a educação para as relações de gênero; a educação para a sexualidade; a educação ambiental; a educação do campo.

Para finalizar a análise do ano de 2012, restam dois cursos: *Educação e Diversidade: Como lidar com as relações etnicorraciais na escola?* (60h), que representa uma continuidade na política de formação continuada, na oferta de cursos específicos voltados à implementação da Lei nº 10.639/2003. O último, *A capoeira na escola* (60 h), foi desenvolvido em parceria com a Coordenação de Educação Física e Desporto escolar (CEFDESC/ GEEFES). Para além dos aspectos fisiológicos, pedagógicos e socioculturais da capoeira, fomentou a reflexão sobre seus aspectos históricos e sobre as diferentes posturas dos docentes em sala de aula em relação à aplicação da Lei nº 10.639/2003.

O curso *A Inclusão do Outro através do Olhar Diferenciado e as Várias Formas de Diversidades Humanas* (60 h), também realizado em 2013, teve por objetivo sensibilizar profissionais da educação sobre a relação com o outro na perspectiva do acolhimento, do reconhecimento das diferenças e dos direitos e deveres. A formação teve como foco a inclusão das pessoas com deficiência, incluindo também em seu conteúdo as legislações sobre Direitos Humanos, garantindo assim uma discussão mais ampla. Apesar disso, apresenta um silenciamento em relação às questões etnicorraciais e os grupos excluídos por questões raciais.

No ano de 2013, o carro-chefe da política de formação continuada da SEEDF foi o curso *Currículo em Movimento*. Este foi desenvolvido pelos formadores(s) da Eape junto aos coordenadores(as) intermediários de cada Coordenação Regional de Ensino (CRE) e coordenadores(as) locais das escolas. O coordenador local tornou-se multiplicador junto aos profissionais de sua escola, nas coordenações coletivas.

Nas propostas analisadas deste curso, que se diferenciam apenas em relação às especificidades de cada etapa e modalidade da educação básica, o tema *diversidade* – eixo estruturante à época e transversal após a validação do currículo atual – pouco aparece. Na proposta do curso ofertado para profissionais da educação infantil, ele não é mencionado na relação dos conteúdos. Na proposta de

curso dos anos iniciais, a discussão dos eixos estruturantes (cidadania, sustentabilidade humana, aprendizagens, diversidade, educação das relações étnicas raciais, educação do campo, educação em gênero e sexualidade, direitos humanos) consta tanto nos conteúdos quanto no cronograma, destinando para estes, entretanto, apenas um encontro presencial. Nas propostas dos anos finais e do ensino médio, a referência aos eixos estruturantes do currículo consta igualmente na relação de conteúdos.

A carga horária foi diferenciada para cada uma das etapas: educação infantil (70 h), anos iniciais e finais, ensino médio diurno (120 h), ensino médio noturno (80 h). Um total de 17.665 cursistas foram atendidos nessa formação. O número expressivo explica-se pela caráter obrigatório dessa formação para as escolas que aderiram à proposta dos ciclos e da semestralidade.

Importante ressaltar a importância dessa formação como suporte de uma nova política educacional que surge com a proposta de ampliação dos ciclos no ensino fundamental e implantação da semestralidade no ensino médio.

No ano de 2013 a SEDF institui o projeto *Currículo em Movimento* como uma grande ação norteadora no caminho da reconstrução para uma escola pública mais justa e igualitária, almejando um processo de ensino e aprendizagem dinâmico, contemporâneo e mais significativo. Esse movimento em rede inaugura um processo de ressignificação do espaço da coordenação pedagógica. . Para dar suporte a esse movimento curricular a política de formação da EAPE apresenta o projeto EAPE na Escola, com o desafio de instaurar um movimento de reflexão dentro dos espaços escolares, levando a formação continuada para o interior dos espaços educativos, gerando também, certificação para os sujeitos envolvidos nesse trabalho.¹³

O ano de 2013, a despeito da importância desse curso na articulação da rede para discutir o novo currículo e do expressivo número de educadores envolvidos, representou, para essa pesquisa, uma ruptura no processo analisado: de inserção e discussão das temáticas específicas da Educação para as relações etnicorraciais. Neste curso, o tema diversidade, tomado como eixo estruturante do

¹³ Trecho da proposta do curso *Currículo em Movimento* (anos iniciais), disponibilizada no formato digital pela equipe do Nudoc-Eape, em que também consta arquivada no formato impresso.

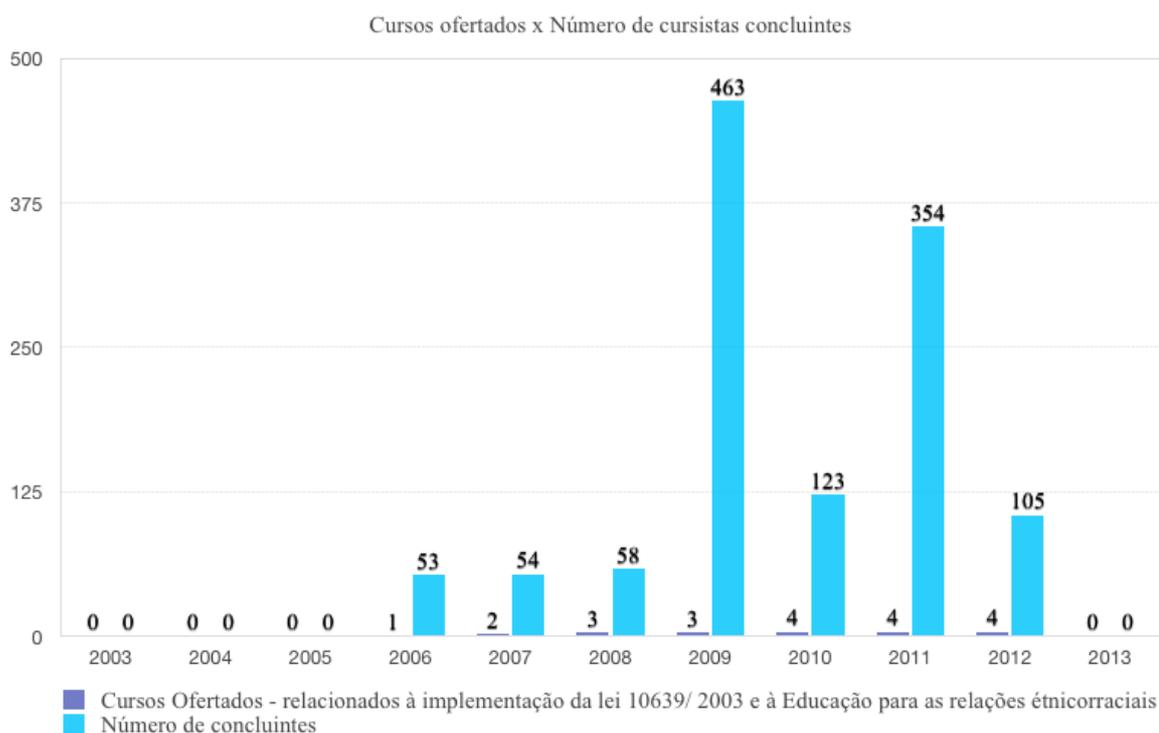
currículo, não contempla as especificidades da Lei nº 10.639/2003 e das Diretrizes Curriculares da Educação para as relações etnicorraciais. No cronograma da formação (anexo 1), a diversidade ocupa 3 horas da carga horária, no conjunto de palestras oferecidas como parte da formação. No cronograma temático, confirma-se a pouca relevância dada à temática, destinando apenas um encontro presencial (3 h) para compreender a relevância dos eixos estruturantes (Cidadania, Sustentabilidade Humana, Aprendizagens, Diversidade, Educação das relações étnico raciais, Educação do campo, Educação em Gênero e Sexualidade, direitos Humanos).¹⁴ Constata-se, dessa forma, que essa formação não possibilitou o conhecimento e aprofundamento das questões etnicorraciais, possibilitado nos cursos específicos e naqueles que as articularam com temáticas afins. O formato do curso analisado explica-se pelo contexto sociopolítico. Em 2013, priorizou-se na Eape a formação em rede, parte do processo de validação do Currículo em Movimento da Educação Básica da SEEDF (GDF, 2013).

O reconhecimento, a valorização e a afirmação de direitos da comunidade afro-brasileira, apoiado com a promulgação da Lei nº 10.639/2003, demanda políticas de formação continuada específicas. Em 2013, nenhum dos 95 cursos ofertados constituíram-se em formação específica voltada à temática. O curso *Currículo em Movimento*, dado o caráter generalista da formação, contemplou, de forma genérica e superficial, o tema da diversidade. Essa formação, portanto, não pode ser considerada como uma ação, no conjunto a política pública analisada, que socializasse e desse visibilidade à cultura e história afro-brasileira e africana, como observado nos cursos específicos que a antecederam. Considerá-lo como um curso que contribuiu para a implementação da Lei 10.639/2003, dado o número significativo de concluintes (17.665), tornariam irrelevantes as formações anteriores que, mesmo atendendo a um número menor de educadores, propiciaram o aprofundamento do tema e dos debates mais profícuos, ao priorizarem a discussão específica deste, em maior carga horária, ou articulada aos demais temas da diversidade.

¹⁴ Objetivo do encontro presencial do dia 22/05, conforme consta no anexo 2.

Esse dado revela uma ruptura de uma política que começa a se delinear em 2006 com a oferta do curso *O Ensino da História e a Cultura Afro-Brasileira*, conforme revelam os gráficos a seguir.

Gráfico 7 – Cursos ofertados versus número de cursistas concluintes



Apesar de 2013 ter sido, nesta década, o ano que atendeu o maior número de educadores da SEEDF, qualitativamente ele não pode ser considerado uma referência. Ponderação semelhante deve ser feita em relação a 2009. O destaque no gráfico deve-se ao curso *Juventude, Diversidade e Convivência Escolar* que habilitou 381 cursistas. Este, entretanto, diferente dos demais cursos analisados, não priorizou as discussões sobre as relações étnicorraciais, mesmo constando no conteúdo programático temas caros a essa área.

Gráfico 8 – Número de cursistas concluintes nos cursos da Eape – 2003- 2013

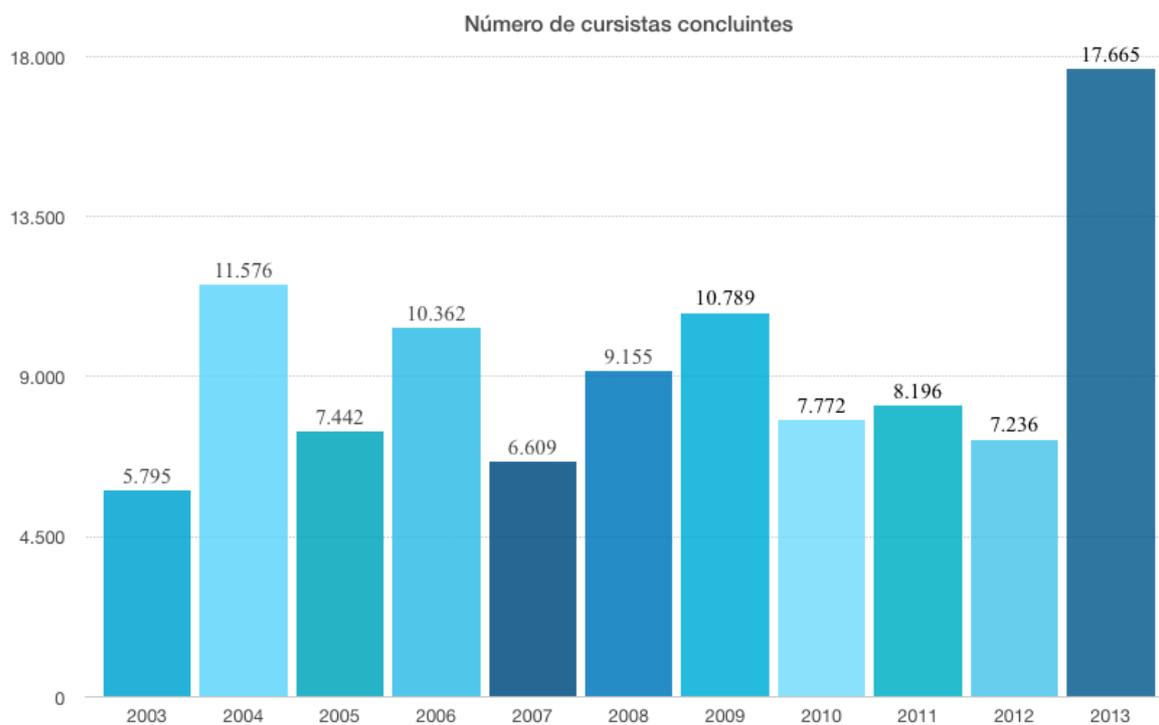
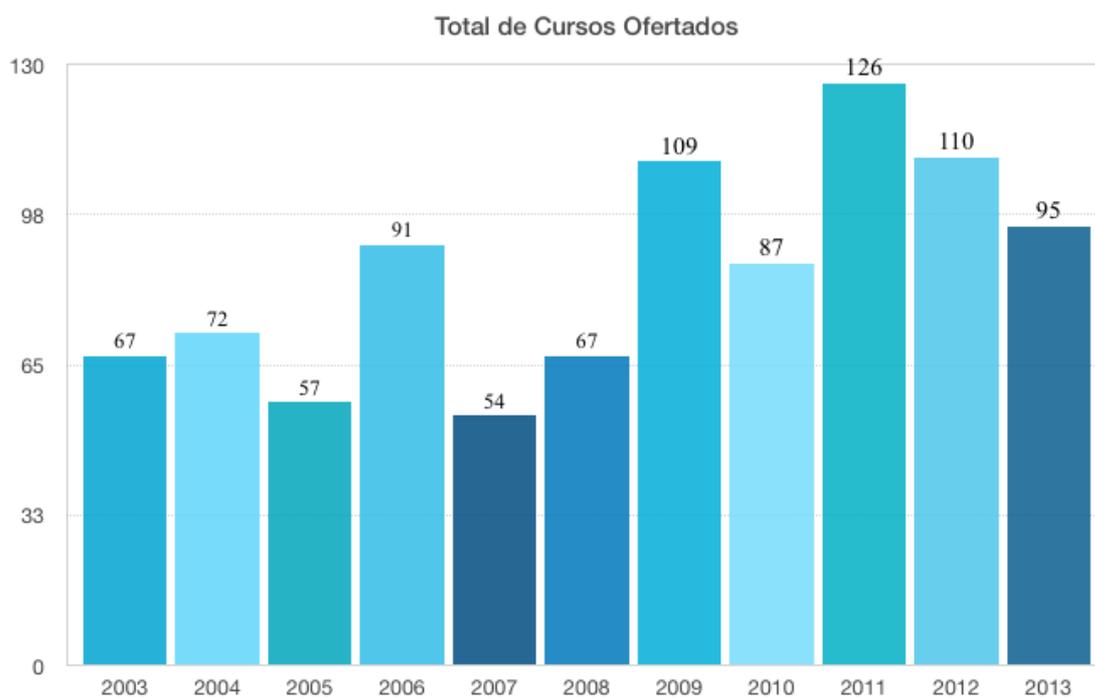


Gráfico 9 – Total de cursos ofertados pela Eape 2003- 2013



Diante do exposto, observa-se que 2011 atinge o ápice da política de formação continuada da Eape, no que diz respeito às questões étnico-raciais. Com apenas 4 cursos que juntos atenderam 354 educadores, desenvolvidos, em cursos semestrais e anuais, a discussão do tema foi garantida. A parceria com o MEC foi fundamental para que este ano se tornasse um marco nessa política, para além do fato de ser o período com maior número de cursos ofertados por esta instituição.

Tabela 2 – Cursos ofertados *versus* número de cursistas concluintes

Ano	Cursos ofertados – relacionados, direta ou indiretamente, à implementação da Lei nº 10639/ 2003 e a Educação para as relações etnicorraciais	Número de concluintes
2003	0	0
2004	0	0
2005	0	0
2006	1	53
2007	2	54
2008	3	58
2009	3	463
2010	4	123
2011	4	354 ¹⁵
2012	4	105
2013	0	0

Fonte: elaboração da autora.

¹⁵ O número significativo deve-se ao curso *A cor da Cultura* que, em parceria com o MEC, habilitou 201 cursistas.

O impacto dessas formações na reorganização do trabalho pedagógico desenvolvido pelas escolas públicas do DF, apesar de sua inegável importância, não pôde ser analisado, dado o tempo e o caráter da pesquisa. Fazê-lo demandaria a análise dos projetos desenvolvidos nas escolas, inclusive a partir da escuta dos educadores(as) envolvidos(as).

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Para atender às demandas contemporâneas da educação brasileira, no que se refere à construção de uma educação para todos e todas, é crucial oportunizar ao profissionais da Educação, espaços de reflexão, ampliação de debate, atualização, troca e socialização de experiências e projetos para construção dos referenciais sobre a realidade social, bem como das alternativas para uma intervenção consciente e objetiva sobre essa realidade. Em uma sociedade multicultural como a brasileira, faz-se necessário que a educação tenha como eixo estruturante a diversidade, buscando a desconstrução de representações sociais preconceituosas e combatendo as práticas de discriminação vigentes.

Caberá, aos administradores dos sistemas de ensino e das mantenedoras prover as escolas, seus professores e alunos de material bibliográfico e de outros materiais didáticos, além de acompanhar os trabalhos desenvolvidos, a fim de evitar que questões tão complexas, muito pouco tratadas, tanto na formação inicial como continuada de professores, sejam abordadas de maneira resumida, incompleta, com erros. Em outras palavras, aos estabelecimentos de ensino está sendo atribuída responsabilidade de acabar com o modo falso e reduzido de tratar a contribuição dos africanos escravizados e de seus descendentes para a construção da nação brasileira; de fiscalizar para que, no seu interior, os alunos negros deixem de sofrer os primeiros e continuados atos de racismo de que são vítimas (BRASIL, 2013, p. 483).

O caminho é longo, pois requer não apenas a revisão dos currículos escolares, mas a mudança de práticas e mentalidades, maneiras de agir e de pensar. Isso, definitivamente, demanda tempo. A formação continuada dos educadores deve agir sobre esse imaginário coletivo que mantém vivas representações negativas e seculares das pessoas negras neste país. Por isso, é necessário garantir espaços de formação continuada como cursos, seminários, fóruns, coordenação pedagógica ressignificada, que propiciem a reflexão sobre as relações estabelecidas no cotidiano escolar e suas práticas pedagógicas. Nesse aspecto, a Eape torna-se figura central, sendo ela a instituição que formula e implementa a política de formação continuada dos profissionais da educação da SEEDF. É evidente que a decisão dessa política está articulada às escolhas da Secretaria de Educação do DF em diferentes contextos políticos. É resultado de barganhas negociadas entre os atores políticos, mas também mobilizadas por "processos institucionais de socialização" (SOUZA, 2006, p. 38) Os processos

políticos influem nessas escolhas, mas também são delineados de acordo com as demandas de formação dos educadores da SEEDF.

A reflexão sobre o papel da instituição Eape na formulação de políticas públicas leva a outra não menos importante, sobre os mecanismos de controle social sobre essa política. É comum, no âmbito das políticas públicas, os interesses individuais sobreporem-se aos interesses coletivos (NASCIMENTO, 2010, p. 98) É nessa condição de interesse que emerge o papel dos professores formadores da Eape e de todos os professores das unidades escolares. Estes devem estar atentos e acompanhar o processo de formulação dessas políticas, fazendo prevalecer os interesses da coletividade. São sujeitos que, uma vez conscientes de sua força e relevância, poderão alterar os rumos dessa política. A presente pesquisa apontou para a fragilidade da política de formação continuada da Eape, no que diz respeito à educação para as relações etnicorraciais. Em um contexto em que essa temática, bem como outras da diversidade ganham relevância nas diretrizes nacionais e no currículo local, o mesmo deve estar garantido nos cursos ofertados por essa instituição. Em termos quantitativo, os avanços são tímidos, as formações são poucas e ainda atingem um número muito pequeno de educadores(as). É preciso ampliar o número de cursos ofertados, bem como a carga horária – em média 60 horas –, garantindo assim a participação e engajamento de um número maior de profissionais da educação em torno da temática.

Em termos qualitativos, para além da discussão de conceitos como raça, etnia, cultura, racismo, preconceito, estereótipos, diversidade, diferença, muitos já contemplados nas formações analisadas, é necessário analisar o conteúdo dos livros didáticos e as representações sociais presentes nos discursos e práticas dos educadores que mais contribuem para a reprodução das relações excludentes atualmente constituídas. Poucas formações sinalizaram essa estratégia em suas propostas.

Para ampliar os avanços constatados na última década, será necessário realizar ou ampliar as parcerias com universidades, núcleos de estudos afro-brasileiros e movimentos sociais; incluir em cursos com temáticas afins esse debate, como as formações sobre currículo, diversidade, inclusão, convivência escolar, cultura, e mediação de conflitos; propor cursos específicos que subsidiem os(as)

educadores na inclusão e no debate sobre os conhecimentos de matriz africana, historicamente negligenciados na formação inicial desses profissionais. Faz-se necessário avaliar o impacto dessas formações a partir de pesquisas que revelem a incorporação e o enraizamento¹⁶ dessa temática nos projetos políticos pedagógicos.

O olhar atento para a política de formação continuada vigente, propondo reformulações, deve ter como pano de fundo a desconstrução de uma realidade caracterizada por: discriminações contra pessoas negras, pelo desconhecimento, pelo preconceito e pela desvalorização da história e cultura de matriz africana, por violências físicas e simbólicas gerada pelo racismo, por estereótipos reproduzidos nos livros didáticos e nos discursos dos educadores e estudantes, pela invisibilidade de sujeitos e histórias em função do etnocentrismo, pela desvalorização das diferenças em uma concepção homogeneizante da educação. O nascimento de uma sociedade democrática, equânime, que positive as diferentes identidades e contribuições culturais presentes no Brasil, depende da desconstrução dessa realidade. O percurso é longo, mais possível.

¹⁶ Este conceito é apresentado em um artigo que sintetiza os aspectos principais das práticas pedagógicas desenvolvidas em 36 escolas públicas do país, para demonstrar a intensidade das atuações na perspectiva da Lei nº 10.639/2003. Quanto mais enraizado o atendimento aos princípios desta legislação se revelar, maior a capacidade de "sustentabilidade" da educação das relações etnicorraciais apresentada pela instituição escolar (BRASIL, 2012, p. 77).

REFERÊNCIAS

BRANCO, Angela Maria Cristina Uchoa de Abreu; SILVA, Marcella de Holanda Padilha Dantas da Silva. Relações étnico-raciais e cultura da paz na escola e na sociedade brasileira. In: BRANCO, Angela Maria Cristina Uchoa de Abreu; OLIVEIRA, Maria Cláudia Santos Lopes de. **Diversidade e cultura da paz na escola**: contribuições da perspectiva sociocultural. Porto Alegre: Mediação, 2012.

BRASIL. MEC, SEB, DICEI. **Diretrizes Curriculares Nacionais Gerais da Educação Básica**. Brasília: 2013.

BRASIL, Ministério da Educação. **Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação das Relações Étnico-Raciais e para o Ensino de História e Cultura Afro-Brasileira e Africana**. Brasília, 2004.

_____. MEC. **Plano Nacional de Implementação das Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação das Relações Étnico-Raciais e para o Ensino de História e Cultura Afro-Brasileira e Africana**. Brasília. 2004.

_____. MEC. In: GOMES, Nilma Lino (Org.). **Práticas Pedagógicas para o Trabalho com as relações étnico-raciais na escola na perspectiva da Lei nº 10.639/2003**. Brasília: MEC, Unesco, 2012.

CASTRO, M. G.; ABRAMOVAY, M. **Relações Raciais na escola**: reprodução de desigualdades em nome da igualdade. 1. ed. Brasília: Unesco, 2006.

CASTRO, Mary Garcia. **Gênero e raça: desafios à escola**. Disponível em: <<http://www.educacao.salvador.ba.gov.br/documentos/genero-raca.pdf>>. Acesso em: 20 maio 2014.

CANDAU, Vera Maria. Diferenças Culturais, Cotidiano Escolar e Práticas Pedagógicas. **Currículo sem Fronteiras**, v. 11, n. 2, p.240-255, jul./dez. 2011.

_____. Direitos Humanos, educação e Interculturalidade: as tensões entre igualdade e diferença. **Revista Brasileira de Educação**, Rio de Janeiro, v. 13, n. 37, p. 45-185, 2008. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/rbedu/v13n37/05.pdf>>. Acesso em: 10 mar. 2014.

FARAH, Marta Ferreira Santos. Parcerias, novos arranjos institucionais e políticas públicas no nível local de governo. **Revista de Administração Pública**, Rio de Janeiro 35(1), p. 119-44, jan./fev. 2001. Disponível em: <<http://bibliotecadigital.fgv.br/ojs/index.php/rap/article/viewFile/6364/4949>>. Acesso em: 30 abr. 2014.

GDF. SEEDF. **Currículo em Movimento da Educação Básica**: Pressupostos Teóricos. Brasília, 2013. Disponível em: <<http://www.se.df.gov.br/materiais-pedagogicos/curriculoemmovimento.html>>. Acesso: em 20 marc. 2014.

_____. **Projeto Político Pedagógico Professor Carlos Mota**. Brasília: [s.n.], 2012.

GOMES, Joaquim B. Brasbosa. **O Debate Constitucional sobre as ações afirmativas**. 2002. Disponível em: <http://www.mundojuridico.adv.br/sis_artigos/artigos.asp?codigo=33>. Acesso em: 1º marc. 2014.

GOMES, Nilma Lino. Alguns termos e conceitos presentes no debate sobre relações raciais no Brasil: uma breve discussão. In: MEC, SECADI. **Educação anti-racista: caminhos abertos pela lei nº10639/03**. Brasília: [s.n.], 2005.

_____. Educação e relações raciais: refletindo sobre algumas estratégias de atuação. In: MUNANGA, Kabengele (Org.). **Superando o racismo na escola**. 2. ed. rev. Brasília: [s.n.], 2005.

HALL, Stuart. **Da Diáspora: Identidades e mediações culturais**. Organização Liv Sovik. Belo Horizonte: Editora UFMG, Brasília: Representação da UNESCO no Brasil, 2003.

HENZ, Alexandre de Oliveira. **Formação de professores**. IN: AQUINO, Júlio; GROPPA; CORAZZA, Sandra Mara. Campinas: Papirus, 2009.

JACCOUD, Luciana. O combate ao racismo e à desigualdade: o desafio das políticas públicas de promoção da igualdade racial. In: THEODORO, Mário (Org.). **As políticas públicas e a desigualdade racial no Brasil: 120 anos após a abolição**. Brasília: Ipea, 2008.

MEC. SANTANA, Wânia. **Marco Conceitual do Projeto A cor da Cultura**. Brasília-DF, 2005. Disponível em <<http://www.acordacultura.org.br/sites/default/files/Marco%20Conceitual.pdf>>. Acesso em: 30 maio 2014.

_____. SEE. **Educação inclusiva: direito à diversidade**. Brasília: [s.n.], 2005.

MUNANGA, Kabengele. A difícil tarefa de definir quem é negro no Brasil. **Revista de Estudos Avançados**, 18 (50), 2004. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/ea/v18n50/a05v1850.pdf>>.

MUNANGA, Kabengele. **Uma abordagem Conceitual das Noções de Raça, Racismo, Identidade e Etnia**. In: 3º SEMINÁRIO NACIONAL RELAÇÕES RACIAIS E EDUCAÇÃO. PENESB-RJ, 5 nov. 2003.

NASCIMENTO, Sueli do. Reflexões sobre a intersectorialidade entre as políticas públicas. **Serv. Soc. Soc.**, São Paulo, n. 101, p. 95-120, jan./mar. 2010.

PAIXÃO, Marcelo J. P. **Desenvolvimento Humano e Relações Raciais**. Rio de Janeiro: DP&A, 2003.

SANTOS, Boaventura de Sousa. **A construção Multicultural da igualdade e da diferença**. Oficina do CES, nº 135. Coimbra: [s.n.], 1999.

SANTOS, Sales Augusto. **Racismo, discriminação e preconceitos**. Salto para o futuro/TVEscola. Disponível em: <www.TVEBrasil.com.br/Salto>.

SANTOS, Tatiane; BOTELHO, Denise. **Interseccionalidades, vulnerabilidades e práticas pedagógicas não-discriminatórias**: por um novo paradigma discursivo. GPPGER.FE.UNB.BR.

SILVA, Paula Janaína da. **O papel da formação continuada de professores(as) para a educação das relações raciais**. Dissertação (Mestrado em Educação)– Universidade de Brasília, 2012.

SILVA, Petronilha Beatriz Gonçalves. Aprender, ensinar e relações étnico-raciais no Brasil. **Educação**, Porto Alegre, RS, ano xxx, n.3 (63), p. 489-506, set./dez. 2007.

SOUZA, Celina. Políticas Públicas: uma revisão da literatura. **Sociologias**, Porto Alegre, ano 8, n. 16, p. 20-45, jul./dez. 2006.

WELLER, W.; PAZ, C. D. Gênero, raça e sexualidade nas políticas educacionais: avanços e desafios. In: SIMPÓSIO BRASILEIRO E II CONGRESSO IBERO-AMERICANO DE POLÍTICA E ADMINISTRAÇÃO DA EDUCAÇÃO, 25., 2011, São Paulo. **Anais...** São Paulo: Anpae, 2011.

Páginas da Internet

<<http://etnicoracial.mec.gov.br/index.php/legislacao>>. Acesso em: 28 maio 2014.

<<http://oglobo.globo.com/esportes/dez-casos-de-racismo-que-envergonham-futebol-11824729>>. Acesso em: 26 maio 2014

<<http://racabrasil.uol.com.br/Edicoes/93/artigo12649-1.asp/>>. Acesso em: 18 maio 2014

<<http://www.acordacultura.org.br/kit>>. Acesso em: 26 marc. 2014

<<http://www.eape.se.df.gov.br/images/pdfs/institucional.pdf>>. Acesso em: 30 jan. 2014.

<<http://www.estadao.com.br/noticias/cidades,australiana-e-acusada-de-racismo-contra-funcionarias-de-salao-de-beleza-no-df,1131420,0.htm>>. Acesso em: 26 maio 2014.

<veja.abril.com.br/noticia/esporte/alvo-de-racismo-na-espanha-daniel-alves-come-banana-jogada-por-torcedor>. Acesso em: 26 maio 2014.

ANEXO A – QUANTITATIVO

Tabela 1 – Quantitativo de cursos ofertados pela Eape e de cursistas concluintes entre os anos de 2003-2013

Ano	Total de cursos ofertados	Concluintes
2003	67	5.795
2004	72	11.576
2005	57	7.442
2006	91	10.362
2007	54	6.609
2008	67	9.155
2009	109	10.789
2010	87	7.772
2011	126	8196
2012	110	7236
2013	95	17665

Fonte: elaboração da autora.

Tabela 2 – Relação de Cursos ofertados pela Eape que inseriram as temáticas da Educação para as relações etnicorraciais em suas propostas e quantitativo de cursistas concluintes por formação (2003-2013)

Ano	Cursos Ofertados ¹⁷	Cursistas concluintes
-----	--------------------------------	-----------------------

¹⁷ Os cursos destacados incluíram em suas propostas temas relacionados à Educação para as relações etnicorraciais.

2003	2. Educação para Todos: atendendo à Diversidade	112
2004	2. Programa de Educação Inclusiva: Direito à Diversidade	2.047
2005	1. Programa de Educação Inclusiva: Direito à Diversidade	818
	2. Currículo em Movimento- Currículo e avaliação: um espaço de discussão	188
2006	2. Construindo escolas para a Diversidade	35
	3. O Ensino da História e a Cultura afro-brasileira	53
	4. Programa de Educação Inclusiva: Direito à Diversidade – (Formação de multiplicadores) (para as cidades satélites) (Capacitação das Equipes de Apoio à Aprendizagem)	257 1.523 223 Total: 2003
2007	2. Educação Inclusiva: Direito à Diversidade	597
	3. História e Cultura Afro-brasileira –lei nº10.639/2003	30
	5. Nexos e Reflexos da África e da Afro-brasilidade presente nas Escolas do Distrito Federal	24
	6. Programa de Educação Inclusiva: Direito à Diversidade	120
2008	2. A África está em nós	18
	4. Educação não rima com segregação: reflexões sobre a materialidade da lei 10.639/03 no espaço escolar.	8
	5. Memória D'África- Heranças Africanas	32
2009	2. A aula de História e o(s) fim(ns) da História: algumas reflexões teóricas e metodológicas.	14
	3. Construindo a Educação das Relações Étnico-Raciais no DF	46
	3. Juventude, Diversidade e Convivência Escolar	381
	4. Os Caminhos Pedagógicos para a aplicação das Leis nº10.639/03 e 11.645/08	36

2010	2. Diversidade: A Construção de diálogos pedagógicos nas escolas do Distrito Federal	31
	3. 20 de novembro: Consciência pedagógica por uma educação anti-racista no Distrito Federal	32
	4. A Construção da Identidade Nacional: A Cultura Africana e Afro-brasileira.	46
	5. Diante da Experiência: representações de grupos marginalizados na literatura brasileira	14
2011	5. A Construção da Identidade Nacional: A cultura africana e afro-brasileira	24
	6. A cor da Cultura: Trabalhando a Afro-brasilidade no currículo	201
	7. Educação e Diversidade: Como lidar com as relações étnico-raciais, de gênero e de sexualidade?	85
	8. Educação para a igualdade étnico-racial no DF	44
2012	6. A Inclusão do outro através do olhar diferenciado e as várias formas de diversidades humanas	9
	7. Convivência, Diversidade e Inclusão Educacional	15
	8. Educação e Diversidade: Como lidar com as relações etnicorraciais na escola?	20
	9. Educação em Direitos Humanos: reconhecendo a diversidade e promovendo a inclusão educacional.	18
	10. A capoeira da Escola	52
2013	2. Currículo em Movimento Ed. Infantil- Anos Iniciais- Anos Finais- Ensino Médio-	2.122 9.758 3.523 2.262 Total: 17665

ANEXO B – CRONOGRAMA DA FORMAÇÃO – CURSO CURRÍCULO EM MOVIMENTO: REORGANIZAÇÃO DO TRABALHO PEDAGÓGICO NOS CICLOS E NA SEMESTRALIDADE – ANOS INICIAIS

Mês	DATA (segunda-feira no vespertino) Formação para os Coordenadores Intermediários e Locais nas CREs	DATA (quarta-feira no horário da coordenação) Formação aos professores (as) de Anos Iniciais nas Coordenações Coletivas das Unidades Escolares
Março	25	27
Abril	1, 8 e 22	17
Maio	06 e 20	8 e 22
Junho	3 e 17	5 e 19
Julho	1	3
Agosto	12 e 26	7 e 21
Setembro	09	4 e 18
Outubro		02
Total de encontros presenciais	12	12
Total de Palestras do Currículo em Movimento	I. Avaliação Formativa – 3h II.Currículo- 3h III.Diversidade- 3h IV.Conferência Distrital do Currículo em Movimento- 15 h	I. Avaliação Formativa – 3h II.Currículo- 3h III.Diversidade- 3h IV.Conferência Distrital do Currículo em Movimento- 15 h
Total CH Direta	36h + 24h (Atividades Pedagógicas e Palestras do Currículo em Movimento) = 60h	36h + 24h (Atividades Pedagógicas e Palestras do Currículo em Movimento) = 60h
Total da Carga Horária Indireta	60h (registro de acompanhamento e repasse da formação)	60h (texto reflexivo)
TOTAL	Coordenadores Intermediários e Locais: 1. 60h como cursista (Formação de Formadores) e 2. 120h como articulador da formação na CRE e UE	Professores e demais Profissionais: 1. 120h como cursista

Fonte: elaborado com base no curso Currículo em movimento: reorganização do trabalho pedagógico nos ciclos e na semestralidade – anos iniciais.

Elaboração da autora.

ANEXO C – CRONOGRAMA TEMÁTICO

Curso: CURRÍCULO EM MOVIMENTO: REORGANIZAÇÃO DO TRABALHO PEDAGÓGICO NOS CICLOS E NA SEMESTRALIDADE – ANOS INICIAIS			
DATAS		TEMÁTICAS	OBJETIVOS
Coordenadores na CRE	Profissionais da educação na escola		
25/03	27/03	Apresentação do Curso	Promover a interação entre os cursistas e conhecer o programa do Curso: Currículo em Movimento: Reorganização do Trabalho Pedagógico nos Ciclos.
01/04	17/04	Ciclos concepção e histórico	Promover o estudo e o debate sobre a organização escolar em ciclos nos Anos Iniciais como estratégia para o favorecimento das aprendizagens, tendo em vista a consolidação do Currículo em Movimento e a execução do Projeto Político-Pedagógico da SEE-DF.
08/04	08/05	Currículo em Movimento	Compreender o currículo em movimento e suas bases teóricas na perspectiva da organização escolar em ciclos.
22/04	22/05	Bases teóricas e Eixos Estruturantes do Currículo em Movimento	Compreender a relevância dos eixos estruturantes (Cidadania, Sustentabilidade Humana, Aprendizagens, Diversidade, Educação das relações étnico raciais, Educação do campo, Educação em Gênero e Sexualidade, direitos Humanos) na proposta curricular da SEDF, como forma de garantir a constituição dos sujeitos na diversidade, o respeito às diferenças e valorização da diversidade.
06/05	05/06	Avaliação Formativa	Proporcionar reflexão

			acerca da avaliação formativa como perspectiva fundamental para a promoção da aprendizagem.
20/05	19/06	Bases teóricas do Currículo em Movimento e Aprendizagens	Analisar os princípios que orientam a aprendizagem na concepção do Currículo em Movimento.
03/06	03/07	Avaliação Formativa: como garantir os direitos de aprendizagens por meio da OTP	Refletir o papel do registro (Portfólio, relatórios, diário de bordo, etc.) na avaliação formativa como forma de acompanhamento para a progressão contínua das aprendizagens de todos os estudantes.
17/06	07/08	Letramentos: uma possibilidade de organizar os conhecimentos, espaços e tempos escolares (OTP)	Compreender a perspectiva teórica e conceitual dos letramentos na dinâmica escolar. Discutir propostas de reorganização que articulem as diversas disciplinas, áreas do conhecimento e contemplem textos significativos para o estudante de forma a promover práticas letramento.
01/07	21/08	Organização Tempo Espaço – Ciclos	Compreender os Ciclos como estratégias de reorganização do trabalho pedagógico e como forma de respeito ao desenvolvimento humano e alcançar as aprendizagens significativas.
12/08	04/09	Planejamento Como garantir os direitos de aprendizagens por meio da OTP	Identificar, analisar e refletir sobre as rotinas escolares, na nova reorganização por ciclos, como promotoras da aprendizagem significativa.
26/08	18/09	Estratégias de Intervenção; reorganização dos espaços e tempos	Analisar as estratégias interventivas como forma de atender necessidades específicas de aprendizagem; Conhecer as diferentes estratégias de intervenção possíveis nos ciclos: pedagogia diferenciada.
09/09	02/10	Rede de Experiência	Compartilhar as intervenções efetivas e

			refletir criticamente sobre as propostas socializadas
--	--	--	---

Fonte: elaborado com base no curso Currículo em movimento: reorganização do trabalho pedagógico nos ciclos e na semestralidade – anos iniciais.

Elaboração da autora.